

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO  
PAGAMENTO DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE  
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

**Reunião n.º 27**

9 de outubro de 2018

(10,21 h – 13,41 h)

**Ordem do dia:** Audição da Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía (Coordenadora da Área de Previsões Energéticas da REN)\*

**Presidente da Comissão:** Maria das Mercês Borges

**Deputados:**

Jorge Costa (BE)

Ana Passos (PS)

Duarte Alves (PCP)

António Topa (PSD)

\* Apresentação em *PowerPoint*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Maria das Mercês Borges): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que vamos dar início à reunião.

*Eram 10 horas e 21 minutos.*

Começo por cumprimentar todas as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados e muito em particular a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía, a quem agradeço a disponibilidade para partilhar as suas informações, os seus conhecimentos, a sua experiência relativamente a esta matéria e ajudar a Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade e os seus membros a poderem prosseguir e alcançar os objetivos a que se propõem, esclarecendo a verdade e procurando toda a informação necessária à concretização do seu objeto.

Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía, mais uma vez, muito obrigada pelo documento de apresentação que teve a gentileza de enviar a todos os membros da Comissão.

Vamos então dar início a esta audição. Antes, gostaria de informar que terá, aproximadamente, 15 minutos para uma intervenção inicial, seguindo-se depois a ronda de perguntas dos grupos parlamentares, que terão 8 minutos cada um, não havendo tempo definido para a resposta, pelo que responderá no tempo que considerar necessário. Nesta fase, será pergunta/resposta.

Posteriormente, procederemos a uma segunda ronda de perguntas, em que cada grupo parlamentar tem 5 minutos. A Sr.<sup>a</sup> Doutora tomará as devidas notas e responderá apenas no fim.

A terceira ronda será de 3 minutos para cada grupo parlamentar, acrescidos de 2 minutos se algum Sr. Deputado o desejar, e as respostas serão também no final.

Vamos dar início aos nossos trabalhos, com votos de uma boa audição.

A palavra é sua, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía. Queira ter a gentileza.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía** <sup>1</sup>(Coordenadora da Área de Previsões Energéticas da REN): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, antes de dar início à apresentação, queria fazer um ponto prévio para falar um pouco do meu percurso profissional.

Comecei na EDP há 30 anos — fez na semana passada precisamente 30 anos —, na Direção Central de Planeamento, numa área de estudos económicos e de análise de investimentos. Essa Direção, passados uns anos, integrou a REN. Em 2001, quando a EDP vendeu 70% da REN ao Estado, optei por ficar na REN, na Direção de Planeamento do Sistema Produtor. Nessa altura, comecei a abordar temas sobre as previsões energéticas, procura de eletricidade e preços de combustíveis.

Em 2002 comecei a trabalhar sobre os temas de cessação dos contratos de aquisição de energia, tendo integrado, no início de 2004, a equipa dos CMEC (custos de manutenção do equilíbrio contratual) da REN, que estava prevista no Decreto-Lei, numa vertente económico-financeira. Estive nessa equipa até ao seu término, até 2018.

O meu objetivo, hoje, é dar-lhes uma visão de dentro, de quem esteve envolvida nos processos de cálculo desde o início, do lado da REN, obviamente, contribuindo para os esclarecimentos de algumas matérias que aqui já foram debatidas, e pretendo fazê-lo de uma forma totalmente transparente.

Sendo assim, dava início à minha apresentação.

*Pausa.*

---

<sup>1</sup> Apresentação em *PowerPoint*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Peço que baixem um pouco as luzes. Sei que dificulta o trabalho do Canal Parlamento, mas temos de ver a apresentação.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Irei fazer um breve enquadramento, muito rápido, sobre os CMEC, falarei sobre as equipas de trabalho REN/EDP, sobre as fases do cálculo — o cálculo do valor inicial, os ajustamentos iniciais anuais desse valor inicial e o ajustamento final — e, finalmente, sobre o valor da extensão da concessão do domínio hídrico.

A extinção antecipada dos CAE (contratos de aquisição de energia) estava dependente do processo de liberalização do mercado de eletricidade, particularmente na criação do MIBEL (Mercado Ibérico de Eletricidade).

O Decreto-Lei n.º 240/2004 atribui aos produtores o direito de compensação, através dos custos para a manutenção para o equilíbrio contratual, questão que já foi falada aqui várias vezes.

Realmente, o objetivo era manter um impacto financeiro neutro, quer para os produtores quer para os consumidores, e apenas a EDP Produção aceitou a cessação antecipada dos CAE. Estamos a falar de cinco centrais térmicas e 27 centrais hídricas.

Os acordos de cessação foram assinados a 27 de janeiro, mas como houve atrasos no processo de liberalização e na criação do MIBEL foi necessário assinar umas adendas aos acordos de cessação, a 15 de junho, porque a cessação dos CAE só ocorreu a partir de julho de 2007.

Fazem parte dos acordos de cessação os documentos técnicos que foram elaborados pela equipa de trabalho REN/EDP, e estou a referir-me concretamente ao cálculo do valor inicial e aos procedimentos de cálculo dos ajustamentos anuais e do ajustamento final.

O Decreto-Lei dispõe, no Anexo IV, que a produção de cada centro eletroprodutor a considerar decorre das simulações do sistema eletroprodutor

efetuadas com o modelo Valorágua e, ao mesmo tempo, prevê que seja então constituída uma equipa de trabalho com elementos indicados pela entidade concessionária da RNT (Rede Nacional de Transporte de Energia Elétrica), a REN — e quando falo da REN estou a falar da REN elétrica —, e pelo produtor.

As fases de cálculos dos CMEC são três: um valor inicial, que foi calculado à data de cessação, referido a 1 de julho de 2007, valor que foi convertido numa anuidade até 2027 e está na parcela fixa da UGS (tarifa de uso global do sistema), sendo paga por todos os consumidores; os ajustamentos anuais do cálculo inicial foram efetuados durante 10 anos e foram pagos pela parcela de acerto da UGS e, finalmente, o ajustamento final do Período II, 2017-2027, que também foi convertido numa anuidade até 2027, fazendo parte da parcela de acerto da UGS, sendo também paga por todos os consumidores.

Relativamente à cadeia de faturação, quer da parcela fixa quer da parcela de acerto, isso está bem definido no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 240/2004. A ERSE publica todos os anos os valores que o produtor tem de receber e, tal como acontecia nos CAE, o produtor fatura à REN. Portanto, nesse aspeto, o regime CMEC acaba por ser igual ao regime CAE.

No final do ano, há um mecanismo de reconciliação de valores onde a ERSE compara os valores que foram efetivamente pagos com aqueles que deveriam ter sido pagos, com o objetivo de apurar acertos que, depois, entrarão nas tarifas do ano seguinte.

Portanto, como eu disse, esta cadeia, que começa com os produtores e termina com os consumidores, está perfeitamente definida no Decreto-Lei n.º 240/2004.

Em termos globais, e penso que isto também já aqui foi falado, os CMEC, de forma simplificada, não são mais do que a diferença entre o valor do contrato e a margem de mercado.

O que é o valor do contrato? O valor do contrato corresponde ao somatório das parcelas de amortização e remuneração do investimento inicial, amortização e remuneração do investimento adicional, encargos anuais de operação e manutenção fixos, remuneração do *stock*, que é aplicável, logicamente, às centrais térmicas, e outros encargos que seriam abrangidos pelos CAE.

Sobre as quatro primeiras parcelas, que se chamam encargo fixo, incide ainda um coeficiente de disponibilidade, que também já tem sido referido aqui nesta Comissão, e que configura um prémio ou uma penalização, se for maior ou igual a 1, respetivamente.

O encargo fixo resulta dos encargos base que estão nos CAE, referidos a preços de janeiro de 1994, e são convertidos para preços correntes através de um conjunto de índices de preços com diferentes ponderações em cada componente. Estamos a falar de cinco índices que têm ponderações diferentes.

A taxa de remuneração implícita nesses contratos é de 5,5 em termos reais, exceto para a central de Frades, com 8%, e não é sujeita a alterações. Ou seja, independentemente das condições de evolução do mercado financeiro, esta taxa mantém-se fixa.

Relativamente às centrais térmicas, a margem de mercado resulta das receitas de mercado deduzidas dos encargos variáveis de exploração. Estou a falar dos encargos de combustível, operação e manutenção, e CO<sub>2</sub>. Nas centrais hídricas são as receitas de mercado deduzidas do consumo em bombagem, onde aplicável, obviamente, só para aquelas que têm bombagem.

As produções resultam das simulações de otimização do sistema eletroprodutor com o modelo Valorágua — portanto, neste processo nunca são utilizadas produções reais — e são igualmente incluídas as receitas dos serviços de sistema, embora nos documentos dos ajustamentos essa componente esteja referida à parte por questões de facilidade, porque é

constituída por várias componentes e, então, o grupo de trabalho decidiu que, nos documentos, apareceria como uma parcela autónoma.

Posto isto, sobre as equipas de trabalho REN/EDP, no início de 2004 essa equipa foi formalmente criada e tem uma coordenação: do lado da EDP, tem a administração, que foi sempre o Dr. Manso Neto, e do lado da REN, até 2010, o Eng.º Vítor Baptista, e, a partir de 2010, o Eng.º João Conceição.

Depois, temos as equipas dos acordos de cessação. Do lado da REN, tínhamos elementos da direção comercial, que era a direção que geria os contratos, e elementos da direção jurídica, também. Portanto, o objetivo era a elaboração dos acordos de cessação.

Do lado da equipa técnica, havia contributos dos dois lados. Por exemplo, na equipa técnica, o diretor da área comercial da REN também participou nalgumas reuniões, no início.

Esta equipa técnica, que teve duração entre 2004 e 2018, começou por fazer estudos e testes com o modelo Valorágua. Este é um modelo de planeamento de longo prazo e, portanto, aqui o objetivo era aferir da adequabilidade do modelo para este tipo de estudos, nomeadamente porque ele iria ser utilizado não apenas para estudos prospetivos mas também olhando para anos já passados, em termos de retroativos. Portanto, tínhamos de saber se o modelo se comportava bem com os dados verificados num determinado ano, tendo sido feitos muitos testes, durante muito tempo — este processo foi muito longo —, para aferir, por um lado, da adequabilidade, como já referi, e também dos desvios históricos entre as produções que decorriam do modelo *versus* as produções reais, que, depois, mais tarde, veio a dar origem a um fator de ajustamento de produção de que falarei mais à frente.

Esta equipa técnica foi responsável pelas simulações do sistema eletroprodutor para o cálculo das produções naquelas três fases que já referi; pela elaboração dos procedimentos de cálculo dos ajustamentos anuais e

final; pelo cálculo do valor inicial, que consta também dos acordos de cessação, e pelo cálculo dos ajustamentos anuais, e contribuímos também para o cálculo do ajustamento final, sendo que a responsabilidade deste cálculo, como sabemos, era da ERSE.

Relativamente às equipas técnicas, eram equipas autónomas. A EDP tinha as suas equipas. Havia uma equipa de dados EDP e uma equipa de dados REN, uma equipa de simulação REN e uma equipa de simulação EDP, e o mesmo acontecia para o cálculo económico, ou seja, havia uma equipa REN e uma equipa EDP. Eram equipas autónomas, duplicadas por função.

Posso dizer que estou na equipa do cálculo económico e nunca vi os modelos da minha colega da EDP e ela também não conhece os meus modelos.

Relativamente ao processo em si, posso dizer que a equipa de dados da REN era constituída por cinco a seis elementos, portanto, era a equipa mais tomadora de recursos humanos; a equipa de simulação tinha duas a três pessoas e a equipa do cálculo económico tinha uma pessoa — no caso da REN, era eu.

Qual era o objetivo da constituição desta equipa? Ela foi criada no decorrer do que dispunha o Anexo IV do Decreto-Lei e todas as decisões, relativamente a todas as temáticas dos CMEC, passavam pela equipa técnica.

Isto para dizer que a equipa de dados podia reunir entre si e debatia os problemas de recolha de dados e de validação mas, depois, os resultados dessas reuniões da equipa de dados eram debatidos na equipa técnica. E o mesmo para a equipa de simulação.

Havia problemas específicos das simulações, as equipas de simulação reuniam e depois todos os assuntos vinham para a equipa técnica e eram todos debatidos em conjunto. E o mesmo para o cálculo económico, se houvesse alguma questão metodológica ou outra em que não estivéssemos de acordo. Portanto, era tudo discutido na equipa técnica.



Inclusive, alguns temas foram discutidos nas reuniões da comissão paritária, que reportava às administrações. Estou a lembrar-me de todos os temas relacionados com os investimentos ambientais, os custos de desmantelamento da central do Barreiro, consumos de eletricidade nas centrais, e também se fazia o ponto da situação dos trabalhos e a avaliação global dos trabalhos. Ou seja, os diretores das duas equipas, REN e EDP, iam a essas reuniões e expunham os problemas que encontravam, as dificuldades, etc.

Alguns temas específicos foram também submetidos à direção da tutela, a DGEG (Direção-Geral de Energia e Geologia). Os investimentos ambientais e os custos de desmantelamento foram todos aprovados pela DGEG. Temos as cartas de envio e a aprovação.

Outros temas e outros assuntos que foram surgindo, como, por exemplo, o OMEL (operador do mercado ibérico de energia), que passou a cobrar uma taxa aos produtores, o que era uma coisa nova que, num cenário de âmbito CAE, entraria nos cálculos e nós considerámos que num âmbito CMEC também entraria, mas submetemos essa decisão à DGEG. O mesmo se passou também quando a ERSE decidiu que uma parcela da tarifa URT (uso da rede de transporte), da tarifa do uso da rede de transporte, também seria paga pelos produtores, ou seja, também submetemos à DGEG essa decisão.

No processo de cálculo dos ajustamentos anuais, houve algumas divergências, que estão expressas nos documentos, quer no corpo principal, quer, por vezes, em anexos. Estou a lembrar-me, por exemplo, da CESE (Contribuição Extraordinária para o Setor Energético), que a EDP pretendia que fosse considerada no cálculo e expôs as suas razões no anexo; temas sobre a tarifa social, a gestão de resíduos de Sines, que não aceitámos, e a DGEG fez questão de deixar expressa, e muito bem, a sua opinião.

Foram executados procedimentos de controlo com a contraparte. O que é que quero dizer com isto? Fazíamos o nosso trabalho, ou seja, quer a equipa de simulação, quer a equipa de cálculo, tinham um conjunto de ferramentas e a equipa de simulação, especificamente, recebia os dados brutos da equipa de dados e tinha, depois, de os transformar para serem lidos no modelo.

Estamos a falar de milhares de dados e a REN fazia essa conversão, havendo, depois, um processo de validação, porque a EDP fazia o mesmo, ou seja, era um trabalho duplicado.

Depois, nesse processo de validação, seriam detetados erros que eram corrigidos, havendo ali um diálogo. O mesmo se passava com a equipa do cálculo. Também fazíamos essa verificação, neste caso, ou por *e-mail* ou por telefone, portanto, tínhamos sempre esse processo de controlo.

Na REN, propriamente dito, foram implementados processos de controlo interno de qualidade, nas folhas de cálculo, na verificação dos processos, e existiam evidências que asseguravam o controlo — totalidade, exatidão e validade. Isto decorreu de quê? De uma auditoria que houve aos processos, em 2009, em que foi identificado um conjunto de oportunidades de melhorias. E estes processos de controlo que veem aqui (*slide 5*) já são resultado desses processos de melhoria.

Por outro lado, todos os relatórios do ajustamento anual foram auditados por entidade independente, todos, ao longo destes 10 anos. Enviávamos os relatórios à Direção-Geral de Energia, para aprovação, e a Direção-Geral de Energia, na maior parte dos anos, pedia esclarecimentos à REN. Alguns deles eram esclarecimentos pedidos pela ERSE, porque, entretanto, a DGE também enviava os relatórios à ERSE, para receber comentários, e depois preparava o seu parecer para homologação pelo Secretário de Estado.

Passando agora, propriamente, para as fases do cálculo deste processo, o cálculo do valor inicial é previsional e, segundo o decreto-lei, será revisto, anualmente, durante 10 anos e sujeito a uma revisão final ao fim desses 10 anos. O que é que isto significa? Significa que temos um conjunto de fluxos anuais de custos e de receitas, e esses valores, nos primeiros 10 anos, vão ser revistos anualmente e, depois, os últimos 10 anos vão ser alvo de uma revisão única.

As produções, como já referi, resultam dos estudos de simulação, neste caso, estamos a falar de uma resolução mensal, porque, no caso dos ajustamentos anuais, a resolução do modelo é semanal.

Os preços de mercado, também mensais e por postos horários, são os que constam no Decreto-Lei n.º 240/2004, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2007, sendo que aqui (*slide 7*) só refiro que o preço de mercado passa de 36 € para 50 € e que a REN também contribuiu com estudos para esta decisão.

No cômputo global, o valor monetário atualizado que foi calculado é de 833 milhões de euros. Foi atualizado à taxa que estava definida no Decreto-Lei, portanto, era a OT (Obrigações do Tesouro), a taxa de rendibilidade da dívida pública mais 25 pontos base, o que resultou numa taxa de 4,85%. Este valor dos 833 milhões de euros, como vai ser pago? Vai ser convertido numa anuidade até 2027 para efeitos tarifários e constitui, então, a parcela fixa.

Entre 2007 e 2012 — sendo 2007 um semestre, aqui foi só por uma questão de simplificação —, a anuidade calculada foi de 81 milhões, sendo que a taxa de capitalização utilizada foi a publicada na Portaria n.º 611/2007 e foi de 7,55%. Ou seja, a diferença entre a taxa de capitalização e a taxa de atualização tem implícito um prémio de risco de 270 pontos base. Em 2013, essa taxa foi alterada para 4,72%, no âmbito do Programa de Assistência Financeira e da troica. Penso que esta alteração da taxa resulta de um

processo negocial mas sobre esta questão os responsáveis da energia, à data, poderão dar informação mais precisa.

Continuando para a segunda fase dos ajustamentos anuais do Cálculo Inicial, reforço a seguinte questão: este mecanismo, previsto no Decreto-Lei, é um mecanismo de mitigação de risco. Ou seja, temos duas fases: a primeira são os ajustamentos anuais e, depois, o ajustamento final é um mecanismo de mitigação de risco. O que é que quero dizer com isto? Quero dizer que, em cada ano, os valores do cálculo inicial, ou seja, aqueles valores fluxos de custos e receitas de Estado, que deram origem àqueles 833 milhões iniciais, foram objeto de um ajuste para as condições verificadas.

E que condições verificadas são essas? São os preços de mercado verificados nestes 10 anos, sendo este valor multiplicado, depois, pelas produções, estando as que decorriam do modelo num formato por posto horário e por semana, ou seja, estes preços de mercado horários tinham de ser convertidos para uma matriz de 52 colunas por 5 linhas, portanto, 52 semanas por 5 postos horários, e teriam de passar por uma chave cronológica para que fosse possível; são os preços dos combustíveis e do CO<sub>2</sub>, que, apesar de não conhecermos os contratos da EDP, eram com base em índices internacionais de referência publicados; são as condicionantes da exploração das centrais, eram consideradas as verificadas; são as afluências; a composição do sistema eletroprodutor; as receitas dos serviços de sistema; os índices de preços, etc. Eram, então, salvaguardadas as variações de todas as variáveis, que faziam parte do processo do ajustamento anual.

Relativamente às produções, elas não eram as reais. Como já referi, as produções resultaram sempre das simulações com o modelo e eram afetadas de um fator de ajustamento da produção, que, para a central de Sines e para as centrais hídricas, era de 0,99. Ou seja, pegávamos nas produções do Valorágua e multiplicávamos por esse fator de 0,99, porque, naquele processo de estudos iniciais que se fizeram, chegou-se à conclusão que,

historicamente, o Valorágua tendia a apresentar produções sempre mais elevadas do que as reais.

Os montantes dos ajustamentos anuais são estes que estão aqui (*slide 8*), portanto, isto é factual. No total, estamos a falar de 2,3 mil milhões, que já foram quase integralmente pagos, e, em termos tarifários, estão na parcela de acerto da UGS.

Ainda relativamente ao ajustamento anual, há uma questão que tem a ver com o ajustamento do primeiro semestre de 2017, nas adendas aos acordos de cessação, no anexo C, «metodologia e parâmetros de cálculo do ajustamento final dos CMEC», onde está referido qual o período sujeito a ajustamento. O período sujeito a ajustamento, segundo o que consta nestas adendas e no documento dos procedimentos do ajustamento final, era compreendido entre 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro do ano do fim do contrato. Está na tabela 1 do anexo C. Penso que os Srs. Deputados também terão as adendas aos acordos de cessação.

Quando começámos, na REN, a ouvir falar num ajustamento do primeiro semestre, ficámos um pouquinho surpreendidos, porque, segundo o nosso entendimento, o último ano sujeito a revisibilidade seria o de 2016.

Estive, como disse, nas equipas de trabalho desde o início e o entendimento que veio para a mesa de trabalho, trazido pelo coordenador da EDP, foi que o primeiro ano da revisibilidade contava como um ano inteiro, ou seja, o fim da revisibilidade seria em 2016. E porquê? É que tínhamos de terminar o documento do ajustamento final, não sabíamos quando é que o MIBEL entrava em funcionamento, o grupo de trabalho estava num impasse e essa orientação chegou à mesa de trabalho. Por isso está aqui (*slide 9*) referido o período II, compreendido a partir de 1 de janeiro de 2017.

Esta questão foi levantada e a REN enviou uma carta à Secretaria de Estado a solicitar orientações, sobre se haveria lugar ou não ao ajustamento do primeiro semestre de 2017. Não recebemos resposta.

A REN colocou a questão à ERSE, no âmbito dos trabalhos do ajustamento final, e recebemos instruções para considerar que o período II teria início a 1 de julho de 2017. Sendo assim, esta decisão implicou ajustes, alterações aos valores constantes da tabela 1 do anexo C das adendas aos acordos de cessação.

Relativamente ao ajustamento final...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Doutora, qual foi a data em que a definição ficou feita?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Sr. Deputado, nas reuniões que a REN e a EDP tiveram com a ERSE — vou falar a seguir, quando chegar à parte do ajustamento final —, a questão foi colocada, pela REN, e a ERSE deu indicações, nessas reuniões. Penso que não há atas dessas reuniões, nas quais não estive.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Quando foram essas reuniões, Sr.<sup>a</sup> Doutora?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Foram no primeiro semestre de 2017, Sr. Deputado. As reuniões ocorreram até maio e foi logo no início, portanto, penso que foi logo na primeira reunião, em fevereiro ou março, talvez em março de 2017.

Relativamente ao ajustamento final — que também é um mecanismo de mitigação de risco, porque está igualmente a rever os valores do cálculo inicial —, este abrange o número de anos até ao final do último CAE e o período II, neste caso, ficou desde o segundo semestre de 2017 até 2027. É um cálculo prospetivo, com a maior parte dos dados baseados em valores históricos verificados ou nos últimos 10 ou 5 anos, consoante a variável; as

centrais com ajustamento final são a de Sines, com meio ano, e 16 hídricas, com diferentes durações. O valor atualizado ao início do ajustamento final foi convertido numa anuidade até 2027 e, portanto, faz parte da parcela de acerto.

Este cálculo é da responsabilidade da ERSE, de acordo com a Lei n.º 42/2016 do Orçamento de Estado para 2017, com a colaboração da REN e da EDP. Cada empresa recebeu uma carta da ERSE, em fevereiro de 2017, tendo sido criado o grupo de trabalho CMEC, o «GT CMEC».

As reuniões do «GT CMEC», nas instalações da ERSE, duraram até finais de maio de 2017. Agora não sei precisar exatamente quantas reuniões mas estou em crer que foram entre quatro e cinco, não tendo havido mais reuniões para além de maio de 2017.

Entre a REN e a EDP houve reuniões periódicas até setembro de 2017. Elaborámos o relatório preliminar e o relatório final, ambos de acordo com as orientações da ERSE recebidas até maio, porque, como eu disse, a partir de maio, o grupo de trabalho não teve mais qualquer contacto da ERSE.

No entanto, a REN recebeu a visita da ERSE nas suas instalações, tendo havido uma ação inspetiva da ERSE nas instalações da REN, em Ermesinde, no dia 4 de julho, com a duração de um dia.

Nesta ação inspetiva as questões foram, essencialmente, centradas nas simulações do modelo Valorágua e fizeram-se algumas análises de sensibilidade.

Depois, houve duas ações de trabalho em agosto, uma no dia 2, com a duração de dois dias. Esta bastante intensa, porque incidiu não apenas sobre as simulações, mas também sobre o próprio cálculo e a valorização do ajustamento final; portanto, os meus colegas das simulações estiveram a trabalhar com a ERSE e a fazer análises de sensibilidade, que ainda levam algum tempo, e, ao mesmo tempo, estava eu com a folha de cálculo a calcular o impacto dessas simulações. E a ERSE levou tudo o que tínhamos.

Quando digo «tudo», foi mesmo tudo, todos os documentos. Estou a falar de mais de 5000 documentos, incluindo as valorizações, como disse. Não foram criados ficheiros ERSE, portanto, aquilo que tínhamos foi o que a ERSE levou.

No dia 25 de agosto tivemos mais uma ação de trabalho, com a duração de um dia, esta virada para as simulações, e depois, ao longo de setembro, ainda recebemos *e-mails* com algumas questões e telefonemas, pedidos de esclarecimento dos estudos que a ERSE estava a fazer.

Relativamente ao valor da extensão da concessão do domínio hídrico e às notas REN, que penso que esta Comissão terá, o objetivo, na altura, e logo depois da saída do Decreto-Lei n.º 240/2004, foi valorizar a extensão da concessão do domínio hídrico. Começámos logo a fazer algumas contas, inicialmente cálculos preliminares e, depois, durante 2016, um cálculo já mais definitivo.

Em relação a alguns aspetos metodológicos, no fundo, haveria um enquadramento de análise do projeto e foi esse enquadramento que considerámos, tendo sido aplicadas todas as regras e as boas práticas que estão referenciadas na teoria económica, nomeadamente na análise dos projetos de investimento.

Entrando aqui mais em pormenor, o valor da extensão que corresponde ao diferencial entre custos e receitas, os cálculos que apresentamos são na ótica da EDP e daí aparecerem valores negativos, o que significa que as receitas são superiores aos custos atualizados a uma data de referência ao custo médio ponderado de capital.

No fim dos CAE dos aproveitamentos hídricos existe um valor residual que está associado aos ativos da construção civil — portanto, do betão, da barragem em si — e que permanecem para além do CAE, tendo uma vida económica e técnica superior à duração do CAE. Esse valor residual é o capital em dívida, à data, e diz respeito a esse tal equipamento



de construção civil e ao período pós-CAE, e nós entendemos que uma vez que a EDP, o produtor, prescindiu de receber esse valor para continuar a explorar as centrais seria o investimento inicial do projeto.

Foram ainda incluídos investimentos adicionais necessários à extensão da exploração. As receitas de mercado expectáveis são determinadas a partir das produções mensais, por posto horário e dos preços de mercado estimados. Não inclui receitas de serviço de sistema. Hoje posso dizer que é uma limitação, mas à data não tínhamos como valorizar estas receitas, não existia mercado. Portanto, num cenário CAE, as centrais CMEC eram obrigadas a disponibilizar os serviços de sistema. Num regime CMEC, o Decreto-Lei n.º 240/2004 não estabelece qualquer obrigatoriedade de estas centrais fornecerem serviços de sistema e, portanto, era um mundo desconhecido. O mercado de serviços de sistema só entrou em funcionamento em 2009, portanto, não tínhamos quaisquer elementos, eu não conseguia valorizar essas receitas. Hoje sabemos que são muito valiosas, valem muito dinheiro, valem muitos milhões de euros. Na altura não tínhamos como quantificar essas receitas.

Também posso dizer, hoje, que não inclui os custos relativos à taxa de utilização de recursos hídricos. Também não existia na altura, não sabíamos, o valor, nem como o calcular. Foi utilizada uma taxa única de desconto — com certeza este tema ainda vai ser objeto de discussão aqui, portanto, não entrarei em grandes pormenores — e os *cashflows* anuais são determinados após impostos. Estes são, portanto, alguns aspetos metodológicos.

Sobre os pressupostos, vou passá-los rapidamente. O sistema de preços de todos os valores é calculado a preços correntes, com uma taxa de inflação de 2%; como já referi, a data de referência foi janeiro de 2007, a taxa de atualização, que consideramos adequada, era o custo médio ponderado de capital — obtivemos um valor nominal e, após impostos, de 6,6% —, e mais à frente falarei um bocadinho sobre isto.

Quanto ao termo da concessão — bom, não se consegue ver bem no *slide* 12, as letras aparecem muito pequeninas —,...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Nós temos essa tabela!

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — ... nesta tabela temos, do lado direito, o termo previsto da concessão, em que estas datas são as datas de fim da vida útil dos ativos da construção civil e que estão num decreto-lei.

O valor residual consta dos CAE. Foram considerados investimentos adicionais, como já referi. Estamos a falar de investimentos eletromecânicos, de engenharia civil e hidromecânicos. As produções resultam do modelo Valorágua e estão ajustadas também pelo tal coeficiente de ajustamento das produções; o preço de mercado estimado é, em média, de 50 €/MWh; a distribuição por posto horário e por mês é homotética, em relação aos preços que estavam indicados no Decreto-Lei n.º 240/2004; os encargos anuais também são iguais aos que constam dos contratos dos CAE e foram todos atualizados para preços correntes, a partir de uma taxa de inflação de 2%, e foram considerados, também, impostos.

Sobre o custo médio ponderado de capital: este custo representa o custo de oportunidade e é ponderado pela estrutura de financiamento, ou seja, a empresa não se financia só com capital próprio nem só com capital alheio. Portanto, há que fazer uma ponderação. No caso do custo de capital próprio nós usamos o *capital asset pricing model* — um modelo de avaliação de ativos financeiros, que é amplamente utilizado e é também a metodologia utilizada pela ERSE —, relativamente à determinação dos pressupostos não vou entrar aqui em grandes pormenores. Onde foi possível considerámos o *benchmarking* de empresas europeias do setor — há um conjunto delas, como a Endesa, Iberdrola, Unión Fenosa, Enel, etc. —, um conjunto de

*utilities* europeias do setor elétrico onde nós nos baseámos em termos de *benchmarking*.

Quero só referir que este coeficiente beta dos capitais próprios, que é o risco sistemático, aquele risco que não é possível diversificar pela carteira do acionista, reflete o risco de negócio e o risco financeiro. Ou seja, há um risco de negócio que já está aqui e que é calculado a partir do coeficiente beta do ativo, que não é mais do que o coeficiente beta dos capitais próprios, desalavancado das decisões de financiamento.

Relativamente ao custo da dívida, o prémio de risco da dívida foi também calculado com base em *spreads* publicados pela Reuters, punível de *rating* e para uma maturidade de dez anos. A estrutura de financiamento também obedeceu, por um lado, aos valores da EDP e, por outro, também ao *benchmarking* das mesmas empresas europeias que já referi. Obtivemos um valor entre 6,2% e 7,1% e, portanto, em termos médios, são os tais 6,6% de que já falei.

Relativamente aos resultados, também não vou entrar aqui em grandes pormenores. Isto é o que consta da nota que os Srs. Deputados têm. Para 6,6% obtive um valor de 670 milhões de euros. Como digo, estes valores são negativos do ponto de vista da EDP, seria aquilo que a EDP teria de pagar. Neste cálculo estão subjacentes os princípios económicos assentes em critérios de racionalidade económica, em consonância com os ensinamentos da teoria económica. Por outro lado, a REN, como concessionária da RNT, cumpre as suas obrigações neste processo conforme é determinado na lei, de forma independente e na defesa dos interesses dos consumidores.

Daria por finda a minha apresentação. Estou agora à disposição dos Srs. Deputados.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado, muito obrigada Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía.

Vamos agora iniciar a primeira ronda de perguntas desta audição e dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Passos, do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, cumprimento-a, bem como às Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados. Cumprimento a Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía e, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quero agradecer-lhe os contributos que nos trouxe aqui hoje, que são bastante valiosos para a nossa discussão.

Ainda bem que iniciou a sua intervenção com o seu percurso académico, porque eu tinha aqui algumas dúvidas, pois tinha uma informação muito escassa em relação ao seu percurso académico. Mas, por aquilo que nos contou, posso ver que tem acompanhado este processo de implementação dos CMEC praticamente desde o início, não é? Começou há 30 anos na EDP, transferiu-se para a REN, então, poderemos dizer que acompanha este processo de implementação desde o início.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Sim, desde o início. Como eu disse, o grupo de trabalho REN/EDP foi constituído no início de 2004, mas já anteriormente, na REN, quando era necessário fazer estudos, dar contributos sobre estas matérias da cessação, eu estive envolvida na vertente económico-financeira. Não faço parte da equipa de simulação, apenas na vertente do cálculo económico propriamente dito.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — Já falou do grupo de trabalho e na equipa do cálculo económico. Foi a Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía quem liderou esse grupo de trabalho?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Não. Do lado da REN, na equipa técnica, foi o meu Diretor, Eng.º Francisco Saraiva; mais tarde, foi

substituído pela Dr.<sup>a</sup> Maria Natália Tavares e agora é a Eng.<sup>a</sup> Isabel Fernandes e o Eng.<sup>o</sup> Pedro Furtado que são os coordenadores da equipa técnica de trabalho da REN.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — Também nos disse que existiam equipas autónomas, duas equipas, uma da REN e outra da EDP.

Em alguma circunstância participaram representantes de outras entidades nesses grupos de trabalho?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Não, estava mesmo restrita a elementos da EDP e da REN. É evidente que cada empresa era livre de levar os elementos que considerasse relevantes para os assuntos que estavam a ser discutidos, mas eram sempre elementos da EDP ou da REN — isto dentro da equipa técnica de trabalho.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — Ao nível do Conselho de Administração da REN, quem é que acompanhou o grupo de trabalho e os seus resultados?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Inicialmente, e até 2010, foi o Eng.<sup>o</sup> Vítor Baptista. A partir de 2010, e até à data, foi o Eng.<sup>o</sup> João Conceição.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — Em algum momento recebeu indicações do Conselho de Administração da REN ou de outra entidade suscetíveis de poderem ser entendidas como interferência no decurso, no desenvolvimento normal do estudo que o grupo de trabalho tinha entre mãos? Se sim, quem foram os responsáveis por essa tentativa e de que forma o fizeram?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Em relação à minha pessoa digo-lhe que nunca sofri qualquer tipo de pressão, fosse de que natureza fosse. Não, a resposta perentória é não. De todo.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — É do conhecimento geral, é público, que existiam diferenças significativas na determinação da taxa aplicada ao valor residual dos equipamentos. A REN defendia, como há pouco nos mostrou na sua apresentação, uma taxa de 6,6%, em termos genéricos, utilizando a sua expressão, na atualização de todos os fluxos monetários. A EDP pretendia uma taxa de 4,13%. Esta diferença de taxas resulta no hiato financeiro de 830 milhões de euros, que já nos mostrou também.

De acordo com o *Observador*, a Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía disse, na investigação ao caso EDP, que responsáveis da REN lhe solicitaram que entregasse um CD ao Dr. Rui Cartaxo, contendo o modelo REN para avaliar o valor da extensão do domínio hídrico.

Junto do Procurador terá assumido que «além da própria, apenas três pessoas sabiam do valor da taxa», sendo elas Vítor Baptista, administrador da REN, Francisco Saraiva, diretor da REN e José Penedos, então presidente da REN.

Quem foi o responsável da REN que a encarregou de entregar o *CD* ao Dr. Rui Cartaxo?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Foi o meu Diretor, o Eng.º Francisco Saraiva, que já não se encontra entre nós.

A uma sexta-feira, ao final do dia, chamou-me e pediu-me para eu preparar uma nota sobre a valorização da extensão do domínio hídrico, para ir na segunda-feira ao Ministério da Economia e levar, em mão, um *CD* com o nosso modelo. O Eng.º Vítor Baptista, na altura, não estava no País — penso que estaria em Bruxelas —, e, portanto, incumbiram-me de entregar

esse modelo. Por que é que me lembro exatamente das datas? Porque, realmente, foi um processo diferente do habitual. Por um lado, tive de fazer a nota no fim de semana. A primeira versão da nota é de 6 de janeiro, um sábado; a versão que depois o Eng.º Vítor Baptista completou é do dia 7 de janeiro, um domingo, e na segunda-feira, da parte da tarde, fui ao Ministério levar em mão o *CD* ao Dr. Rui Cartaxo. Portanto, não era todos os dias que nos faziam esse pedido.

Assim fiz. Fui ao Ministério da Economia e ainda estava a entrar e o Dr. Rui Cartaxo já estava a dizer que não concordava com o nosso entendimento relativamente ao valor residual. Eu mantive a nossa posição e foi uma conversa profissional, perfeitamente cordial. Ele estava à espera que eu levasse dois *CD* — eu não tinha indicações para levar dois, só levei um e ele estava à espera de dois —, entreguei-lhe o modelo, despedi-me e, passados dois dias, ele ligou-me, por causa do tamanho do modelo e perguntou-me se seria possível fazer uma cópia, portanto, questões mais de logística. Encerrámos esse tema e nunca mais voltei a falar com ele sobre esse tema, ficou encerrado aí.

Essa minha ida ao Ministério era do conhecimento do meu Diretor, de mim, do Presidente da REN o Eng.º José Penedos e do Eng.º Vítor Baptista. Portanto, éramos quatro pessoas e foi assim que tudo se processou.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — Quem tinha, na altura, conhecimento desse estudo, para além da Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía e do seu diretor?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Ao longo daquele período, daqueles meses, o Prof. Paulo Pinho também tinha conhecimento de que estávamos a fazer a valorização daquela extensão da concessão, porque havia *e-mails*. Quando havia resultados era o meu diretor quem os enviava. Eu enviava para o Diretor, ele enviava para os dois administradores.

Portanto, o Eng.º Vítor Baptista era o coordenador da equipa e o Prof. Paulo Pinho era o administrador do pelouro da minha área e, ao longo do processo, eram enviados *e-mails* para essas pessoas.

Depois, a própria equipa técnica, algumas pessoas que trabalham comigo, sabiam que estávamos a fazer esse cálculo, mas não sabiam de todos os contornos, portanto, da minha ida ao Ministério, da preparação da nota, isso mais ninguém soube, ficou entre mim, o meu diretor e os administradores. Portanto, a mais ninguém foi dado conhecimento dessa circunstância.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — Há pouco confirmou-nos que quando entregou o *CD* ao Dr. Rui Cartaxo, este logo lhe disse discordar do entendimento da REN. A Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes debateu, argumentou os motivos da discórdia?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Sim, foi uma conversa rápida. Disse-lhe que nós estávamos a considerar que aquele valor residual era o investimento inicial e então teria de ser considerado e atualizado à mesma taxa dos fluxos anuais.

É que, numa análise de rendibilidade de um projeto de investimento, nós vamos determinar se aquele projeto assegura a remuneração e a recuperação do investimento e ainda aferir se há um excedente económico, que, neste caso, e tendo em consideração este critério de avaliação, será o aval do projeto. Ou seja, nós vamos determinar se aqueles fluxos anuais de receitas e de custos operacionais conseguem fazer face ao investimento e ainda assegurar um excedente e, portanto, o próprio critério de avaliação do projeto tem intrínseca a ligação entre o investimento inicial e os fluxos anuais, uma coisa não está dissociada da outra, não pode, pois têm o mesmo nível de risco. Estou a falar de um projeto que tem o mesmo nível de risco.



O custo de capital que vou utilizar para atualizar todos os fluxos do projeto, esse tem de refletir o risco daquele projeto e aí podemos entrar aqui em debates, mas será que os 6,6% era o valor correto? Será que os 7,8% ou coisa que o valha — sobre o qual li algures que foi considerado pelas entidades financeiras —, será que era um valor mais adequado? Eu aí aceito este tipo de discussão. Portanto, ok, estamos a falar de valores de custos médios ponderados de capital diferente aplicado aos mesmos fluxos. Eu aí aceito a discussão. Mas, pegar num investimento inicial e atualizá-lo a uma taxa, ou seja, estou a desvalorizar esse valor, e depois pegar nos fluxos anuais, que vão determinar...? Repare, são esses fluxos anuais que vão determinar a recuperação e a remuneração do meu investimento e se há ou não lugar a excedente, e vou atualizá-lo a uma taxa diferente? Isso para mim não faz qualquer sentido, não encontro o racional para justificar essa opção.

Não entrei nestes pormenores com o Dr. Rui Cartaxo, como é óbvio, não é? Foi uma coisa muito simples, muito rápida, disse-lhe que o nosso entendimento era o de considerar um investimento inicial e, portanto, estava intimamente ligado aos fluxos do projeto e era visto como um projeto único e com um determinado perfil de risco e não entrei em discussões com ele, vi que ele já tinha em cima da mesa a nossa nota e a conversa ficou por aí, não entrei em mais pormenores.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — A Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía terá afirmado que a EDP pagou mesmo um valor muito mais baixo. Mantém essa afirmação? Pode, de alguma forma, explicar os pressupostos que terão levado a tutela a desvalorizar o estudo da REN?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Ora bem, eu mantenho a mesma posição, acho que o valor que a EDP pagou está subestimado e a principal razão é precisamente a taxa que eles utilizaram para atualizar o valor

residual. Repare que era um direito da EDP, era um capital que estava em dívida, era um direito da EDP e esse direito foi desvalorizado ao considerarem uma taxa inferior. Porquê? Porque, ao ser atualizado a uma taxa mais baixa, vai surgir com um valor superior que depois vai ser deduzido das receitas, ou seja, vai permitir que o valor da concessão seja um valor inferior, os tais setecentos e tal milhões.

Isto é assim: se no meu estudo, eu considerasse a taxa dos tais 7,8% e mantivesse a atualização do valor residual também a essa taxa, o diferencial entre o meu cálculo e o valor que a EDP pagou anda aí por volta dos 400 milhões. Portanto, diria que, no mínimo, a EDP pagou a menos 400 milhões. Isto é o ponto de partida.

Depois temos a questão «ok, há receitas de serviços de sistema que não foram valorizadas e que nós sabemos que valem muito». Pois, e valem mesmo muitos milhões! Portanto, seria aqui um aspeto que também teria... Hoje, à luz do que sabemos hoje — reparem, eu aqui quero ser bem clara: à data, como disse, não tínhamos elementos para fazer essas contas —, podemos dizer que ainda haveria ali uma componente de receitas de serviços de sistema que não seria displicente, seria bastante significativa. Portanto, não vou dar um valor máximo, mas acho que, no mínimo, teria a pagar mais 400 milhões. É esse tal diferencial para o valor residual e assumindo o valor do custo médio ponderado dessas entidades. Porque se eu, então, me referir ao valor que usei, os 6,6%, então a diferença seria os tais oitocentos e tal milhões que referiu ainda há pouco.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — É possível deduzir que, a par do grupo de trabalho, existiam reuniões políticas em que as decisões técnicas teriam sido claramente ultrapassadas?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Peço desculpa, mas não percebi a pergunta.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — Vou repetir: é possível deduzir que, a par do grupo de trabalho, existiam decisões políticas em que as decisões técnicas teriam sido claramente ultrapassadas?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Ora bem, relativamente aos cálculos no âmbito da equipa técnica de trabalho, dos cálculos de valor inicial, do cálculo das revisibilidades, penso que não. As metodologias estavam definidas e, portanto, não haveria... acho que aqui o poder político não interferiu.

Relativamente a este caso da concessão do domínio hídrico, não me queria alongar muito sobre isso, mas penso que houve aqui uma decisão nitidamente política. Por um lado, nós tínhamos a nossa posição, e apresentámos um estudo; é evidente que a EDP também tinha a sua posição; e houve uma decisão por parte do Ministério. É evidente que nós nunca conhecemos todo o filme e todos os contornos do processo decisório.

Portanto, quando aqui falo em decisão, estou a falar no aspeto meramente financeiro e económico. Haverá outros aspetos que desconheço e que quem está no poder certamente terá essa visão. Afirmar perentoriamente se houve interferência política, não lhe sei dizer. Sei que como equipa técnica apresentámos um valor, a REN apresentou um valor e que esse valor não foi tido em conta. E para suportarem outros estudos, foi pedido, então, a duas instituições financeiras que apresentassem os seus cálculos e foi decidido o valor que a EDP pagou.

Portanto, não lhe sei responder muito bem a essa questão da parte política, realmente escapa-me um bocadinho.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — De que forma era possível ao Dr. Rui Cartaxo, então assessor do Dr. Manuel Pinho, conhecer pelo menos as linhas base e as conclusões do estudo?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Já tinha estado com o Eng.<sup>o</sup> Vítor Baptista e repare que nós já tínhamos recebido *e-mails*. Temos um *e-mail* do dia 7 de dezembro a pedir simulações. Houve um pedido do Dr. Miguel Barreto, com conhecimento ao Dr. Rui Cartaxo, em que eram pedidas várias simulações à REN, e em que já davam indicações de que o valor residual teria de ser atualizado a uma taxa que, na altura, era de 4,13%. Portanto, o Dr. Rui Cartaxo foi envolvido neste processo, suponho eu, desde início. Por outro lado, o Eng.<sup>o</sup> Vítor Baptista também falou com ele e levou-lhe a nota, estiveram a discutir os diferentes entendimentos, que estão expressos na nota, e penso que quando tomou a decisão estaria ciente de todas as posições que existiriam sobre o tema.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — Numa das audições recentes, o ex-presidente da EDP, João Talone, disse não se recordar das negociações que deram origem ao acordo de cessação dos CAE, a 9 de fevereiro de 2005, nos dias finais do Governo PSD de Pedro Santana Lopes. A Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía acompanhou em algum momento esta negociação?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — O meu contributo para os acordos de cessação foi na parte técnica, portanto, os valores que constam dos acordos de cessação e algum texto que vem dos documentos técnicos, e que está também nos acordos de cessação, foram contributos da equipa técnica. Mas, além disso, não tive qualquer participação. Foi mesmo um contributo técnico para a elaboração das partes técnicas dos acordos de cessação e das adendas, mais tarde, em 2007.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — Tem ou não conhecimento de quem é que, em representação da REN, acompanhou estas negociações?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Em representação da REN era o diretor da área comercial, portanto, era a área comercial que geria os CAE, era o Eng.<sup>o</sup> Fernando Santos, que, certamente, teria uma equipa a trabalhar com ele e depois teria o apoio jurídico, que era a Dr.<sup>a</sup> Elvira Borges, que também dava todo o apoio jurídico necessário. Isto é o que eu sei, também não entrei muito ao pormenor sobre a equipa dos acordos de cessação da REN, porque era um trabalho paralelo, que se ia desenvolvendo ao mesmo tempo do que o nosso, na equipa técnica. Se necessitarem de mais pormenores, depois poderão ser dados.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — Em algum momento lhe pareceu existir uma vontade, para além do razoável, de resolver rapidamente estes contratos?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Não. Quer dizer, na altura, o que estava em causa era a criação do MIBEL e essa criação e o processo de liberalização do mercado era um processo complexo, tanto assim é que inicialmente pensava-se «entra o MIBEL rapidamente e vamos cessar os contratos já em janeiro de 2005», mas depois chegou-se à conclusão que o processo era de tal forma complexo que houve um atraso de dois anos e meio, ou seja, não vejo que houvesse uma pressa ou uma intenção. As coisas decorreram de acordo com os *timings* habituais quando se está perante um processo complexo e que envolve muitas decisões, que envolve muitos processos e, portanto, esses dois anos e meio espelham bem a complexidade

do processo, pelo que não vejo que tenha havido uma pressa, entre aspas, para a cessação dos CAE.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — No passado dia 11 de setembro ouvimos nesta Comissão de Inquérito o Prof. Abel Mateus.

Ele destacou a importância do Prof. Ricardo Ferreira na criação dos CMEC. Na sua opinião, considera que o atual diretor de regulação da EDP foi importante na criação destes contratos, quando esteve nos Governos de Durão Barroso e de Pedro Santana Lopes?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Como vos disse, logo em 2002 comecei a trabalhar nestes temas e houve todo um conjunto de informação que foi necessário preparar para ser levada a Bruxelas, para que Bruxelas pudesse aprovar os contratos.

Repare, o rosto para fora foi sempre o Eng.º Vítor Baptista e eu estava nos bastidores. Ele pedia-me muita coisa e eu sabia que era para o Prof. Ricardo e para o Eng.º João Conceição, para eles prepararem toda a informação que seria levada a Bruxelas para suportar o processo de decisão. Portanto, tivemos de preparar imensa informação, foram meses e meses de... no fundo, havia ali trocas de *e-mails* e de pedidos que tivemos de preparar e, portanto, posso dizer que, quer o Prof. Ricardo Ferreira, quer o Eng.º João Conceição, tiveram um papel muito importante em todo este processo, desde o seu início.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — O Prof. Abel Mateus também destacou a importância do Dr. Manso Neto na criação destes contratos.

Confirma que o atual administrador da EDP foi importante na criação dos CMEC? Pode detalhar a relevância da participação do Dr. Manso Neto na criação dos CMEC?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Ora, o que lhe posso dizer sobre esta questão?

Eu sei que ele era o coordenador da equipa dos CMEC da EDP, que era uma pessoa muito competente, que defendia os interesses da empresa e que, desde o início, esteve envolvido neste processo. Portanto, ele é o grande responsável por este processo dentro da EDP. Mas não posso dizer muito mais do que isto, porque não testemunhei as ligações do Dr. Manso Neto com todas as restantes pessoas que também fizeram parte deste processo, desde membros do Governo, etc. Sei que ele esteve envolvido desde o início e que foi sempre ele o coordenador da equipa dos CMEC da EDP, até ao seu término, portanto 2018.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — A REN negociou os CMEC com dois Governos PSD: o XV Governo Constitucional, que teve como Primeiro-Ministro o Dr. Durão Barroso, e o XVI Governo Constitucional, que teve como Primeiro-Ministro o Dr. Santana Lopes.

Na sua perspetiva, estes dois governos quiseram tornar os contratos CMEC mais generosos para a EDP?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Está a fazer-me uma pergunta complicada.

Não aponto pessoas, nem *A* nem *B*. O que vejo é que há um processo e que a génese inicial deste processo seria a manutenção do equilíbrio contratual.

Olhando para todo este processo desde o início — como disse, estive envolvida nele desde o início —, consigo apontar pelo menos três aspetos em que acho que a empresa foi beneficiada. Tenho de ser franca.

Há ali três aspetos em que considero que foi beneficiada. Não vou apontar nem *A* nem *B*. Só tenho essa visão geral técnica, de quem participou neste processo.

Não sei se a Sr.<sup>a</sup> Deputada quer que faça referência a esses três aspetos de que falei.

Relativamente ao prémio de risco, que é considerado no cálculo da parcela fixa, acho que não devia ter sido considerado um prémio de risco. E porquê? Em primeiro lugar — e é o ponto mais forte —, porque o próprio Decreto-Lei n.º 240/2004 estabelece um mecanismo de mitigação de risco.

Alguém nesta Comissão, numa audição anterior, referia o fator de risco, quando um dos Srs. Deputados perguntou «Mas o regime CMEC tem mais riscos? Quais são esses fatores de risco?». E a pessoa foi perentória na sua resposta: «Risco de preço».

Ora, se olharmos para a questão dos ajustamentos anuais — pode ver-se num dos meus *slides* —, ao fazermos a revisibilidade anual, estamos a considerar os preços verificados. Ou seja, durante 10 anos foram salvaguardadas as variações de todas as variáveis utilizadas no cálculo.

Isto para dizer que ouço falar muito deste prémio de risco, associado à parcela fixa, mas ainda ninguém tinha feito a alusão a este mecanismo de mitigação de risco. Ele existe e está no Decreto-Lei n.º 240/2004.

Para além disso, poderíamos dizer: «Mas há o risco da produção, porque não são as produções reais». Realmente, não são as produções reais, mas há um fator de ajustamento das produções. Ou seja, dentro desse mecanismo de mitigação de risco existe ainda um fator de ajustamento das produções que é, ele próprio, um fator de mitigação de risco.

Depois, temos o ajustamento final, que faz uma revisão de todos os parâmetros e que está a rever também o cálculo do valor inicial.

Em relação a este valor do ajustamento final — e não vou ser perentória —, diria que poderia ser objeto de reflexão a introdução de um



prémio de risco no cálculo da parcela de acerto relativa ao ajustamento final. Não me chocava, e digo porquê: de facto, foi um ajustamento único que ocorreu, no ano passado e, portanto, não vai mais ser objeto de revisão. Realmente, existe o risco do preço — os preços de mercado são preços baseados nas médias históricas — e existe o risco da produção. Mas também é bem verdade que o risco existe para os dois lados, pois também existe para os consumidores. Por exemplo, neste momento, estamos com preços de mercado na ordem dos 80 €/MWh.

No estudo do ajustamento final os preços de mercado que estão lá incluídos não chegam aos 50 €/MWh. Ou seja, a EDP está a ser beneficiada.

Por outro lado, o ano passado foi muito seco. Portanto, o risco de produção para a EDP no ano passado foi muito grande. Ou seja, vamos ter anos húmidos, anos secos, e temos riscos para os dois lados: não são apenas para a EDP, são também para os consumidores.

Poderíamos equacionar se não se poderia, no cálculo da anuidade dessa parcela de acerto, fazer a inclusão de um prémio de risco. Como lhe estou a dizer, isto teria de ser objeto de reflexão, de se pensar um bocadinho mais. Não estou a ser perentória e a dizer que faria todo o sentido, mas poderíamos equacionar essa hipótese, porque, realmente, não há mais revisibilidades a partir de agora. Que isso fique bem claro.

Também ouvi aqui falar em riscos em relação à parcela fixa, àqueles 833 milhões e ao facto de estar a ser recebido pela EDP através de uma anuidade constante até 2027. E alguns elementos que já por aqui passaram falaram em risco de recebimento, mas, no meu entender, não existe risco de recebimento. A cadeia de faturação está perfeitamente identificada no Decreto-Lei n.º 240/2004.

Os produtores faturam à REN, tal como acontecia em ambiente CAE, e são os consumidores que continuam a pagar. Não vejo que haja qualquer risco de recebimento. E é a ERSE que define, no início do ano, os valores

que o produtor tem de receber e, no final do ano, há um mecanismo de acerto dos valores que receberam *versus* aqueles valores que deveriam ter recebido. Não vejo que haja razões que consigam justificar a existência de um prémio de risco no cálculo da parcela fixa.

Em relação à extensão do domínio hídrico, como já referi, acho que houve uma subestimação de valores no mínimo de 400 milhões de euros. Depois, poderíamos entrar aqui noutras considerações, sobre se esse valor poderia ser mais alto. Mas, no mínimo, estamos a falar de 400 milhões de euros.

Finalmente, há uma situação, que penso que já tem sido aqui referida nesta Comissão, relativa à central de Sines. Sines é uma central foi integralmente paga pelos consumidores. Neste momento, a EDP está a explorar a central sem ter pago qualquer compensação financeira.

É evidente que a EDP não está a cometer nenhuma ilegalidade. A legislação está a toda a favor da EDP. Que isso fique aqui bem claro. Mas, a legislação que existe, no meu entender — esta é a minha opinião —, é lesiva dos interesses do Estado.

A central de Sines, para a EDP a continuar a explorar, deveria ter sido alvo de uma compensação financeira. É a minha opinião. São esses três aspetos em que acho que a EDP teria sido beneficiada.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — Como é do conhecimento geral, a EDP transitou dos CAE para os CMEC, mas houve dois CAE que se mantiveram inalterados, o da Turbogás e o da Tejo Energia.

Na sua opinião, porque é que a Turbogás e a Tejo Energia mantiveram os CAE?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Nós, na altura, ainda encetámos negociações com elementos de ambas as empresas para dar início ao

processo da cessação. Acontece que aquilo tem por detrás um *project finance* com muitas entidades envolvidas.

Para terem uma ideia, nas reuniões éramos dois ou três e daquele lado tínhamos 11 pessoas, porque há um sindicato bancário, etc. Avançou-se pouco, tivemos duas ou três reuniões e eles foram perentórios: não quiseram continuar com o processo e recusaram-se a cessar os contratos.

Mas penso que havia algumas dificuldades de negociação, dada a complexidade das próprias entidades envolvidas. Portanto, era muito complicado. Tivemos essa noção, quando nos apareceram 11 pessoas à frente. Estão a ver que os processos negociais se tornam difíceis.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — Considera que Portugal deveria ter adotado uma solução à espanhola, como referiu o Eng.º Jorge Vasconcelos nesta Comissão, em que os produtores iriam sofrer cortes nestes contratos?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Diria que não. Aqui a questão era a manutenção do equilíbrio contratual. Portanto, sou totalmente a favor dessa manutenção do equilíbrio contratual. Aceito o regime. Não vamos diabolizar o regime dos CMEC.

Tínhamos era de ter sempre esse aspeto de nortear as decisões dos membros do Governo, ou seja, era sempre para manter o equilíbrio contratual. Existiam contratos, esses contratos foram transformados em CMEC e o objetivo era o de manter um impacto financeiro neutro para a EDP e para os consumidores.

É o que eu defendo.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — O Eng.º Jorge Vasconcelos denunciou, nesta Comissão, que o parecer da ERSE, de 2004, foi ignorado pelos Governos de Durão Barroso e de Pedro Santana Lopes.

Álvaro Barreto, Ministro no governo de Santana Lopes, disse que não se recordava de ter recebido qualquer alerta para o parecer da ERSE sobre o tema dos CMEC, afirmação esta que causou muita estranheza por parte do então Presidente da ERSE, o Eng.º Vasconcelos.

Como é que olha para estas declarações do então Ministro da Economia, que tutelava o setor energético?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Ora bem, não vou pôr em causa as declarações do Sr. Ministro. Também acho estranho que ele não tivesse tido acesso. Com certeza que não se recordava.

A REN também enviou comentários e não sei se ele os terá lido na altura ou quem é que os terá lido. Neste caso, não consigo precisar quem é que leu os documentos da ERSE.

Não digo que um ministro, à partida, tivesse de os ler, mas, pelo menos, que tivesse assessores, ou pessoas que o estavam a ajudar no processo decisório, que lhe tivessem dado essa informação. Acho estranho não ter havido essa cadeia de informação que lhe tivesse chegado de uma forma clara e transparente.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — Teve conhecimento deste parecer da ERSE?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Tive conhecimento dele há duas semanas. Na altura, não.

Agora também vim a saber que a REN fez comentários a uns comentários da ERSE. Não sei se era a esse parecer.

Sei que a REN, em setembro ou outubro de 2004, fez uns comentários a uns comentários da ERSE. Não sei se era sobre isso, mas só agora é que tive acesso a essa informação.

Relativamente a esse parecer da ERSE, como eu digo, foi há duas semanas que me chegou. Não o conhecia.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — No seu entender, porque é que estes dois governos ignoraram os avisos do regulador sobre os sobrecustos dos CMEC da EDP?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Não diria que são sobrecustos da EDP, diria que há um processo de regime CMEC que tem determinados custos implícitos. Se não houvesse o regime CMEC, haveria um regime CAE.

Ouçó muito a palavra «sobrecusto» associada às renováveis, às PRE (produção em regime especial), que é o diferencial entre aquilo que as tarifas *feed-in* pagam, ou seja, o que os consumidores pagam, e o preço de mercado. Há um sobrecusto, associado às PRE, que é significativo. Depois, temos os custos dos CMEC, que também estão na tarifa UGS, mas não sei se lhes podemos chamar sobrecusto.

Quer dizer, se olharmos àqueles aspetos de que falei, em que há um prémio de risco que não deveria ter sido considerado, poderemos pensar que há um valor excessivo. Quanto ao termo «sobrecusto», custa-me um bocadinho que seja associado a este tema, porque, se não houvesse CMEC, havia CAE. Como digo, o regime CMEC, implicitamente, era para manter o equilíbrio contratual do produtor.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — Ao longo dos trabalhos desta Comissão de Inquérito tem-se falado muito em *lobbies* e num poder forte do setor elétrico.

Durante a sua participação neste processo de implementação do novo regime CMEC sentiu algum tipo de pressão por parte da EDP?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Não.

Quer dizer, as reuniões — e sou testemunha — eram muito intensas, de grande tensão, de grandes discussões, mas nunca sentimos qualquer pressão para ir por determinado caminho, para aceitar uma determinada metodologia, para aceitar determinados dados. Não, isso nunca existiu.

Este nível de tensão que existia nas reuniões era perfeitamente normal. Tínhamos, de um lado, uma equipa muito competente, que defendia os interesses da EDP e, do outro lado, tínhamos uma equipa, que também considero competente, que defendia os interesses dos consumidores. Por vezes, havia alguns temas em que era quase impossível chegar a acordo.

Os temas — e vocês têm as atas das reuniões — arrastavam-se meses, até que chegavam a um determinado momento em que tinha de haver uma decisão. A REN decidia se aceitava ou não aceitava e, depois, a EDP escrevia no relatório a sua posição, se estava contra, etc. Temos vários exemplos desses nos relatórios.

Não aceito essas insinuações de que poderia haver pressão por parte da EDP no sentido de vir por debaixo da mesa e dizer «olha, vê lá se aceitas isto». Digo, perentoriamente, que essas insinuações nunca existiram.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — Vários especialistas ouvidos aqui nesta Comissão descreveram o decreto-lei dos CMEC, de 2004, como blindado. Ou seja, após aprovação deste decreto-lei, no final de 2004, tornou-se praticamente impossível fazer qualquer alteração.

Concorda com esta afirmação, de que este decreto-lei se encontra blindado, imune a alterações, como defenderam os diversos especialistas?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Repare que o decreto-lei saiu em dezembro de 2004 e, ao longo deste período, foi alvo de alterações, começando logo pelos pressupostos.

Em 2007, o preço de mercado e os encargos com combustíveis, os encargos variáveis de combustível e de operação e manutenção, foram revistos.

No meu entender, uma declaração dessas, de que estava blindado ... Não sou jurista e com certeza que temos aqui pessoas que o são e percebem mais destas matérias, mas a própria taxa de capitalização, da parcela fixa, foi alterada em 2013.

Inicialmente, essa taxa foi publicada em portaria, mas anteriormente o próprio decreto-lei foi republicado e houve uma alteração ao decreto-lei no que se refere às componentes das taxas. Falava nas duas que já estavam no decreto-lei de 2004 e depois também falava nessa taxa nominal, que depois veio a ser publicada por via de portaria.

Ou seja, o decreto-lei é alterável, porque ele foi alterado ao longo deste período. Haja vontade de o fazer...

Portanto, quanto a essa coisa da blindagem e de sistemas de blindagem, não sei que mais lhe diga.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — O Eng.<sup>o</sup> Mira Amaral disse nesta Comissão que era o «pai» dos CAE das centrais da Tejo Energia e da Turbogás, mas não dos CAE da EDP.

O Eng.<sup>o</sup> Jorge Vasconcelos veio também a esta Comissão e disse que, afinal, os CAE da EDP foram mesmo aprovados pelo Governo de Cavaco Silva, onde o Eng.<sup>o</sup> Mira Amaral era, então, Ministro da Energia.

Por sua vez, o Dr. Carlos Tavares afirmou que o «pai» dos CMEC eram os CAE.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Peço-lhe que conclua, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — Vou já terminar, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

De acordo com as contas apresentadas pelo Eng.º Sampaio Nunes, também ouvido nesta Comissão de Inquérito, as duas dezenas de centrais com contratos CMEC custaram 3000 milhões de euros aos consumidores, desde 2008, enquanto as duas centrais com contratos CAE custaram 1,6 mil milhões durante o mesmo período. Considera que existe um excesso de rentabilidade nos CAE, tal como nos CMEC?

A Sr.ª Dr.ª **Maria de Lurdes Baía**: — Relativamente aos CAE — aos CAE da EDP, não estou a falar dos outros que não conheço —, há dois aspetos que considero importantes: por um lado, há uma taxa de remuneração fixa, que, na altura, foi fixada uma taxa de 8,5 em termos reais. E aqui não vou entrar em especulações sobre se era uma taxa adequada ou não, quero apenas frisar o seguinte: é uma taxa fixa. Ou seja, não estava prevista a atualização dessa taxa em função das condições de mercado e acho que isso é um problema desses contratos.

Posso dar um exemplo: a REN é uma empresa regulada e a cada 3 anos a ERSE calcula o nosso custo de capital e, a partir desse valor que determina, calcula a nossa taxa de remuneração. Isto a cada 3 anos.

Para além disso, todos os anos a nossa taxa de remuneração está indexada à variação da taxa de rendibilidade das Obrigações do Tesouro, a 10 anos. E estamos falar de ativos com uma natureza de longo prazo, o que também seria o caso da EDP, em que também estamos a falar de ativos com uma natureza de longo prazo.

Portanto, o «pecado original» é que não ficou previsto que essa taxa de remuneração fosse revista em função das condições de mercado.

Por outro lado, há um aspeto que tem a ver com o coeficiente de disponibilidade. No fundo, o encargo fixo é sujeito a um fator de correção, ou seja, há um prémio, ou uma penalização, que está implícito.



Os coeficientes de disponibilidade, ao longo deste período, foram na sua maior parte superiores a 1, o que conferiu um prémio. E estamos a falar de valores bastante significativos, o que nunca compreendi muito bem — isto pode ter até a ver com questões muito técnicas de mecânica dos grupos, das disponibilidades. Portanto, esse prémio tem um impacto financeiro muito grande e não apareceu nos CMEC, já vinha dos CAE, e de todas as vezes que tínhamos de aplicar esse coeficiente sobre um encargo fixo eu dizia sempre aos meus colegas: «vejam lá, revejam os valores; isto é mesmo assim?»

O que acontece é que aquilo é um rácio entre a potência verificada e a potência garantida e, portanto, à medida que as centrais vão envelhecendo, esses fatores vão aumentando. Portanto, ao multiplicarmos esse fator pelo encargo fixo, estamos logo a considerar um prémio que, para prémio, atinge valores muito significativos. Isso também é um pecado original dos CAE.

É evidente que depois entraria aqui com questões de engenharia e se isso faria ou não sentido, mas uma coisa que, ao longo deste processo, me fez alguma espécie é como é que esse fator surge. Mas, realmente, ele já vem dos CAE.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Muito obrigada, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía pelas respostas dadas.

Passo, de imediato, a palavra ao Sr. Deputado Jorge Costa, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Sr. Deputado, queira fazer a gentileza.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, queria começar por cumprimentar a Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía e agradecer tudo o que nos disse até agora e a precisão dos seus esclarecimentos, os quais, muito embora já tenhamos aqui uma série de rondas feitas nesta Comissão, com especialistas de várias opiniões, por aquilo que nos trouxe e pela clareza com que

apresentou, considero esclarecedores, adicionando esclarecimento àquilo que já tínhamos.

Começo por lhe perguntar o seguinte: na Comissão, o Eng.º José Penedos disse que, após o período em que a REN enviou os seus comentários iniciais, em março de 2004 — já aqui aludimos a esses comentários —, e até que o Decreto-Lei deu entrada na Assembleia da República, a REN não voltou a ter conhecimento dos desenvolvimentos do anteprojeto. Confirma isso?

Referiu que tinha havido várias reuniões de preparação do trabalho técnico e, assim, perguntava-lhe se, nessas reuniões, foram dadas a conhecer as versões atualizadas da preparação do Decreto-Lei e se a questão das taxas diferenciadas já estava presente nessa fase da preparação.

A Sr.ª Dr.ª **Maria de Lurdes Baía**: — O projeto de decreto-lei nunca foi discutido na equipa técnica. Não foi tema. Refiro-me à equipa técnica REN/EDP, nas reuniões conjuntas.

Relativamente às versões que a REN comentou, nós comentámos duas versões: uma de fevereiro e uma de março. Aí confirmo as declarações do Eng.º Penedos.

Nessas versões, em ambas, falava-se num prémio de risco, para cálculo da parcela fixa, e falava-se na taxa de atualização para o valor inicial, que nessas duas versões era a taxa de remuneração que estava implícita nos contratos.

Quanto à taxa não tínhamos nada a dizer, concordávamos. Relativamente ao prémio de risco contestámos, nas duas versões, a implementação ou a consideração de um prémio de risco, que depois se veio a verificar no Decreto-Lei n.º 240/2004, quando foi publicado. Não estava lá, explícito, o termo prémio de risco mas abria a porta a uma futura fixação de uma taxa, da taxa que depois seria utilizada para capitalização e cálculo

da anuidade, da parcela fixa, e que culminou com a portaria que foi publicada em 2007.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Acabou por haver essa diferenciação, muito embora a REN nunca se tenha pronunciado sobre ela, na medida em que ela só surge depois, com o próprio Decreto-Lei, de forma a que a REN nunca teve oportunidade de comentar?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Sim.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Pergunto-lhe, quanto à crítica que a REN fez a essa diferenciação de taxas, à fixação de uma taxa premiada, no que respeita à capitalização, se essa alteração, em 2012, foi, de algum modo, uma forma de reconhecer a razão que a REN tinha no início do processo.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — As razões que levaram a essa alteração da taxa, de 7,55 para 4,72, não as sei.

Sei as notícias dos jornais, que aquilo seria parte de um processo negocial, que a EDP também se sentou à mesa com os membros do Governo e que chegaram a essa taxa. Quanto aos contornos, às características e o que é que levou a essa fixação, diria que os membros responsáveis pela energia, à data, poderão dar uma resposta cabal e informada sobre esse assunto.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas o estudo para o cálculo do ajustamento final produzido pela ERSE, agora em 2017, vem corrigir aquilo que foi a vantagem obtida nesta diferenciação de taxas.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — A ERSE está a utilizar, para cálculo da anuidade, da parcela de acerto, a mesma taxa — os 2,04 —, que

foi utilizada para a atualização dos fluxos. Ou seja, estamos aqui perante um prémio de risco de zero.

Portanto, é aquela questão, com que também não concordo, de os 7,55 terem implícito o tal prémio de risco, de que já falei, e já referi as razões para não concordar com a consideração desse diferencial.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Portanto, a ERSE acaba, hoje, por dar razão às objeções da REN há 14 anos atrás?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Sim. Estou em crer que aquilo foi uma decisão da ERSE, que a ERSE, quando tomou a decisão, não estava a pensar «estou a dar razão à REN». Penso que eles também já teriam as suas razões, mas acabaram por dar-lhe razão, sim.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sobre os acordos de cessação, na sua apresentação falou de uma equipa da REN, que esteve responsável por acompanhar a negociação dos acordos de cessação.

Referiu o Eng.º Fernando Santos como a pessoa responsável pelo acompanhamento da preparação, juntamente com a assessora jurídica, cujo nome registei mas que agora não tenho presente, que terão sido as pessoas que estiveram diretamente relacionadas com a redação dos acordos.

Pergunto-lhe se sabe quem foram as contrapartes, ou seja, quem é que, pelo lado da EDP, fazia esse trabalho.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Em termos de assessoria jurídica — não quero estar aqui a errar —, penso que era a Morais Leitão que estava a estava a assessorar a EDP. Lembro-me também, mas não tenho a certeza, do Eng.º Batista Gomes, que penso que também estaria envolvido na elaboração dos acordos de cessação, mas assim mais pessoas... Como

disse, não estive muito envolvida, dávamos contributos para a equipa dos acordos de cessação, mas nunca participei em nenhuma reunião e, portanto, não posso... Isto foi conversa de corredor e de ouvir falar em alguns nomes.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Portanto, a memória que tem da preparação dos acordos de cessação é que essa redação terá sido feita em reuniões envolvendo a EDP e a REN, com equipas que seriam compostas, essencialmente, por estas pessoas: Fernando Santos, do lado da REN, Batista Gomes, do lado da EDP, assessoria jurídica da REN e assessoria jurídica da EDP?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Ora bem, penso que sim, que foi assim. Agora, não lhe consigo dizer se a participação foi de 50/50, se estavam todos envolvidos e todos trouxeram *apports* para a elaboração dos acordos. Isso não consigo dizer.

Não consigo dizer quem era mais ativo e quem não era, porque, como disse, não participei nessas reuniões e aí não posso dar uma resposta informada.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sabe se a Direção-Geral participava nessas reuniões?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Não, não sei.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Foi aqui dito, pelo antigo Secretário de Estado Manuel Lencastre, que a cláusula suspensiva só poderia ter ido parar à redação dos acordos pela mão da EDP. Tem alguma notícia disso?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Não. Desconheço esse tema em absoluto.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sobre o domínio hídrico, a proposta da EDP para a extensão do domínio hídrico era de 1,2 mil milhões e foi enviada pelo Eng.<sup>o</sup> Manso Neto, a 13 de novembro de 2006, ao Secretário de Estado Castro Guerra.

Logo 15 dias depois, a EDP manda uma nova proposta, corrigida — sendo que a primeira até era bastante próxima daquilo que foi trabalhado com a REN —, e a Sr.<sup>a</sup> Doutora sabe isso bem porque era da equipa que fez esse trabalho.

Já fizemos esta pergunta ao Eng.<sup>o</sup> Vítor Baptista — que não era membro direto dessa equipa, era a Sr.<sup>a</sup> Doutora que lá estava —, e eu queria que nos descrevesse, com minúcia ou com a maior precisão que pudesse, como é que há um grupo de trabalho que reúne durante meses a fio para fazer este estudo detalhadíssimo e muito preciso nos seus contornos e, depois, no espaço de 15 dias, há uma reviravolta na posição dos seus parceiros de negociação, ou de trabalho, porque neste caso nem é bem uma negociação mas um trabalho de rigor e apuramento.

De repente, os seus parceiros aparecem e dizem: «olhe, tudo o que fizemos nestes meses, esqueça, porque chegámos aqui a uma outra conclusão? Como é que isso se passa? Se puder, faça-nos esse retrato.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Ora bem, este tema chegou ao grupo de trabalho por volta de junho de 2006, segundo penso.

Já tínhamos uns cálculos preliminares, mas tínhamos consciência de que não estavam completos, que faltavam, por exemplo, todos os investimentos adicionais, que são importantes.

As centrais já têm muitos anos, a extensão também determina muitos outros anos de funcionamento e seria necessário, portanto, considerar investimentos adicionais, eletromecânicos, hidromecânicos, de civil, etc.

Em julho foi criada a equipa, ou melhor — ela não foi criada, porque a equipa era a mesma, a equipa já existia —, o tema foi trazido para dentro da equipa técnica, onde a EDP também referiu os tais 6,6, falou num custo de capital. Esse valor foi, inicialmente, apresentado pela EDP, que o trouxe para cima da mesa. Depois, apenas peguei nesse valor e fui ver se esse valor fazia sentido ou não. Mas a primeira reunião, efetivamente, foi mais sobre os investimentos adicionais e por preocupação da EDP.

Portanto, nós fomos recetivos em relação a essa questão e foi criado um subgrupo, para determinação desses investimentos. Ao mesmo tempo, eu estava a desenvolver a minha folha de cálculo, o meu modelo, e a colega da EDP, a minha contraparte, também estaria, do lado da EDP, a desenvolver o seu modelo.

Quando recebemos esses investimentos — diria que foi em outubro, se não estou enganada —, introduzimos essa informação no modelo. Toda a restante informação, os restantes dados, já estavam incorporados — estou a falar daqueles pressupostos que ainda há pouco referi, desde as produções, receitas, preços de mercado — e chegámos, de facto, a uns valores. Tenho um *e-mail*, do dia 5 de dezembro, para o meu diretor, que é mesmo de consolidação de valores com a EDP. Portanto, depois de uns ajustes, chegámos a valores iguais.

O Eng.º Francisco Saraiva, depois, reencaminhou esse *e-mail* para o Prof. Paulo Pinho e para o Eng.º Vítor Baptista. Penso que foi logo a seguir — já não posso precisar exatamente a data, mas penso que foi logo a seguir — que recebi um telefonema da colega da EDP, no fundo, a dar por terminado o objeto de estudo, a dar por terminado aquele tema dentro da equipa de trabalho.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Recebeu um *e-mail*?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Não, foi um telefonema, não tenho um *e-mail*.

Realmente nós estávamos em contacto constante, porque estávamos a validar números, estávamos a trabalhar insistentemente sobre essa questão, já com a folha de cálculo preparada e, portanto, as simulações já estavam prontas, já estava tudo pronto. Aí era mais a minha componente que estava em ação, a componente técnica e económica, e do lado da EDP a mesma coisa.

Portanto, recebo esse telefonema e insisti: «mas então o que é que se passa? Isto estava tudo a correr tão bem, estávamos a chegar a valores próximos, o que é que se passa?»

A colega também não entrou em grandes pormenores, deu a entender que havia ali uma diferença de entendimento relativamente ao valor residual, acabei por chegar a essa conclusão, e dois dias depois recebemos o tal *e-mail*, do dia 7 de dezembro, que há pouco referi, do Dr. Miguel Barreto, com conhecimento para o Dr. Rui Cartaxo, a pedir um conjunto de simulações, em que era considerado como taxa de atualização para o valor residual o valor de 4,13%, portanto, o valor que seriam as OT, a taxa de rendibilidade da dívida pública, mais os 25 pontos base.

Aí foi juntar dois mais dois e ver onde é que havia um entendimento do que estávamos a falar. A EDP entendia que o valor residual devia ser atualizado a uma taxa diferente. Aliás, numa nota que depois me pediram, cerca de um mês mais tarde, isso está lá referido.

Mas o processo foi assim: passámos de uma situação em que havia consolidação de valores para uma situação em que não continuámos mais o grupo de trabalho neste tema, e a conversa ficou por ali.



De forma factual, e enquanto testemunha, foi isso que aconteceu.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Algum dia o Diretor-Geral, Miguel Barreto, justificou a sua adesão ao valor exigido pela EDP, de 4,13?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Não tenho conhecimento disso. Atenção que nunca falei com o Dr. Miguel Barreto. Estava nos «bastidores», o rosto de contacto da REN com a Direção-Geral de Energia e com o Governo era o Eng.<sup>o</sup> Vítor Baptista. Eu nunca tive qualquer contacto com o Dr. Miguel Barreto.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Aqui na Comissão foi já referido que a ERSE teria enviado, em 2007, uma estimativa do WACC (Weighted Average Cost of Capital) nominal, antes de impostos, da EDP, entre 7,3 e 8,2. Tem conhecimento disso?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Não, desconheço.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Foi o Eng.<sup>o</sup> João Conceição que se referiu a isso.

Disse, há pouco, que o Eng.<sup>o</sup> Rui Cartaxo, quando entregou a avaliação da REN, antes mesmo de meter o CD no computador, se pronunciou, dizendo que não concordava com o conteúdo.

Faz ideia de como é que ele pode ter conhecido antecipadamente esse conteúdo?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Ele já tinha falado com o Eng.<sup>o</sup> Vítor Baptista.

O Eng.º Vítor Baptista já tinha falado com ele, já lhe tinha deixado a nota onde a REN explicitava...

Portanto, tínhamos o resultado...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Ah, muito bem.

A Sr.ª Dr.ª **Maria de Lurdes Baía**: — ... da nossa valorização, ele já tinha o documento em cima da mesa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Foi uma entrega formal mas, na verdade, já tinha havido uma entrega informal.

A Sr.ª Dr.ª **Maria de Lurdes Baía**: — O Eng.º Vítor Baptista já tinha falado com ele sobre esse assunto, tinha-lhe entregue a nota e depois eu fui lá apenas formalizar a entrega do documento, isto é, do modelo.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Houve algum...

Consegue retomar os argumentos que o Eng.º Rui Cartaxo lhe apresentou para a sua discordância?

A Sr.ª Dr.ª **Maria de Lurdes Baía**: — Ele não apresentou argumentos. Ele apenas disse: «não concordo com o vosso entendimento».

Eu tentei explicar-lhe assim brevemente, mas ele não me disse qual era o entendimento deles, nem o estive a explicar.

Como disse, foi uma conversa mesmo muito curta, não chegou a esse ponto.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Passado pouco tempo — pouco tempo, que não é assim tão pouco tempo —, em 2010, há uma alteração do Conselho

de Administração da REN, uma transformação grande no perfil da Administração da REN, com a chegada, precisamente, do Eng.º Rui Cartaxo, ex-assessor do Ministro Manuel Pinho, e do Eng.º João Conceição, que também lá estava, no gabinete do Ministro Manuel Pinho, aos dois lugares de topo da Administração da REN.

Por outro lado, o Eng.º Vítor Baptista sai do Conselho de Administração. Consegue relacionar estas alterações, ao nível do Conselho de Administração, com a evolução do dossiê do domínio hídrico?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Está a fazer-me uma pergunta complicada.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Eu sei que continua na REN e, portanto, é nessa condição que também cá está.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Sim, claro, e não tenho qualquer razão de queixa, nem de um nem de outro.

Na altura, nós comentámos que era uma grande coincidência que, realmente, as duas pessoas que estiveram envolvidas neste processo fossem parar à REN. É daqueles comentários de corredor, não é?

Sobre as razões que levaram às nomeações desses dois elementos não faço a mínima ideia quais foram.

Como lhe digo, nós, entre nós, achámos um pouco estranho que duas pessoas que tinham estado envolvidas no processo, ou seja, vinham do governo, da área da energia, tivessem ido para lugares de topo da REN — ou da EDP, aqui tanto fazia —, mas acho que isso é um problema global do País.

Os Srs. Deputados, aqui, já se debateram com muitas questões sobre essas matérias, de membros do governo que depois vão trabalhar nas áreas que tutelaram, nas áreas em que trabalharam.

Acho que não é um problema específico do setor elétrico, acho que é um problema global do País.

Com isto não estou a dizer que as pessoas não tinham competências para assumirem esses cargos. Não é isso. Simplesmente, acho que, quando trabalham num governo, numa determinada área, devia haver ali um período — nem sei até se, neste momento, já existe — de nojo, em que não deveriam ir trabalhar para uma determinada área. Penso que esses assuntos já foram debatidos aqui, na Assembleia da República. Portanto, não diria que é um problema do setor elétrico, mas antes um problema global, do País.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Agradeço a sua frontalidade.

Queria ainda perguntar-lhe sobre outra matéria. A avaliação da extensão do domínio hídrico teve em conta as remunerações das barragens no mercado, no período entre o fim dos CAE e o fim da vida útil dos equipamentos. Porque é que só foi considerado o valor de referência de preço de mercado de 50 €/MWh? Também foram feitas análises de sensibilidade para a taxa do valor residual? Tendo sido feitas essas análises de sensibilidade para a taxa de valor residual, porque é que não foram também feitas análises de sensibilidade para o preço?

Como disse, esse preço tem variado muito, e este momento até é um caso desses. Não teria feito sentido fazer essas análises?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Sim, a minha folha de cálculo está preparada para isso. Penso que está preparada para os 36... É assim...

Vamo-nos situar: à data, estávamos no final de 2006, tínhamos, por um lado, a publicação do Decreto-Lei n.º 240/2004, que tinha lá a matriz de

preços, em que tinha um valor médio de 36€/MWh, e, por outro lado, havia um conjunto de estudos, que ainda há pouco referi, que a REN também fez, sobre a análise de consistência daquele painel de preços.

O que é essa análise de consistência? No fundo, através dos estudos, e olhando para os custos marginais do sistema eletroprodutor, chegou-se à conclusão que os custos marginais eram superiores aos valores que estavam nesse painel de preços, com referência a 36 €/MWh.

O que é que isto significava? Significava que tínhamos aqui um problema de sustentabilidade do sistema.

Portanto, temos receitas que seriam inferiores aos custos. O que é que nós fomos fazer? Fomos promover a consistência, utilizando um painel de preços que assegurasse a sustentabilidade do sistema.

Há uma nota, a REN tem uma nota — e, na altura, ela também foi enviada —, e chegou-se à conclusão que um painel de preços com um valor médio, que tivesse por trás um valor médio de 50 €/MWh, seria um valor adequado para promover a sustentabilidade.

E foi exatamente esse painel que utilizámos no estudo e que depois, mais tarde, veio a ser publicado no Decreto-Lei n.º 199/2007, em junho, e que está na base do cálculo inicial dos CMEC. Foi isso que orientou a nossa opção para os 50.

Repare, na altura, nós não tínhamos mercado, era tudo com base no OMEL. A Espanha já tinha mercado desde 1999, já havia um historial de preços de mercado, por outro lado, tínhamos a ferramenta Valorágua, que nos permitia, através das simulações do sistema eletroprodutor, ter uma ideia dos custos marginais de produção do sistema. E foi ao fazer essa comparação e esse balanço que chegámos à conclusão que os 36 € não eram adequados, que não contribuíam para a sustentabilidade do sistema; daí termos proposto os 50 €, que pareciam mais adequados, porque realmente contribuíam para

essa sustentabilidade, e daí termos utilizado esse painel de preços, com base nos 50 €.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Há pouco, ainda voltando um bocadinho atrás, recordou que o Eng.º Rui Cartaxo esperava dois CD.

Provavelmente esses dois CD seriam para entregar, um ao Crédit Suisse e outro à Caixa Banco de Investimento, para poderem realizar os estudos que, na altura, lhe foram encomendados.

Estamos a especular, não quero afirmar que foi a Sr.<sup>a</sup> Doutora que disse coisas que não disse. Mas, admitindo, vamos admitir que esta poderia ser uma possibilidade, ainda que não admitamos, o facto é que esses estudos foram pedidos à Caixa BI e ao Crédit Suisse.

O Eng.º Vítor Baptista descreveu-nos esse processo como a entrega de um modelo, no fundo, do trabalho que a REN tinha feito para avaliação, sendo o único contributo que esses bancos poderão ter dado — e daí terem sido tão rápidos a apresentar resultados —, o de pegar no quadro, alterar a taxa e fazer sair a folha na impressora.

Concorda que terá sido assim?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Eu não conheço os estudos dos bancos, mas se eu for à minha folha e puser lá umas taxas parecidas com as que eles usaram, obtenho 700 e tal milhões. Isso é factual e é ainda o que é o meu modelo.

O que é que lhe posso dizer mais?

Não conheço os estudos, não sei se eles fizeram alterações e, se as fizeram, que alterações é que fizeram. Aí não lhe posso dar uma resposta informada.

Apenas lhe posso dizer que, realmente, se for ao meu modelo e puser lá umas taxas mais ou menos dentro daquela ordem de grandeza, obtenho 700 e tal milhões, isso sim.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Ok.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Deixe-me só acrescentar uma coisa.

Aquela folha de cálculo, aquele modelo, foi o resultado de meses de trabalho. Não estou a falar de uma semana, nem de duas, foram meses, meses...

Não estou a falar de uma semana, nem de duas, foram meses, repito, foram meses. Isto para dizer que não seria uma entidade que começasse do zero, de uma folha de cálculo em branco — «e agora vamos lá para pôr as mãos na massa e trabalhar.». Não demoraria, certamente... Não sei que tempo é que...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Três dias.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Três dias?!

Impossível! Nem três semanas, quanto mais três dias!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — No caso da Caixa BI.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — É impossível!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Falou da vantagem, que não foi contabilizada pelas razões que explicou, dos serviços de sistema no cálculo do domínio hídrico. Conseguiria hoje dizer qual seria, aproximadamente, a vantagem adicional da sua inclusão?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — O mercado de serviços de sistema evoluiu muito ao longo deste período. O que posso dizer —, mas, por favor, não extrapolem os números —, é que, no âmbito das revisibilidades anuais, a EDP devolveu cerca de 390 milhões de euros relativos às receitas de serviços de sistema. No total dos 10 anos, foi quanto a EDP devolveu.

Não podemos é extrapolar estes valores. Porquê? Porque, por um lado, não estão todos, já que na extensão do domínio hídrico só estão 16 centrais hídricas e, por outro lado, o próprio mercado de serviços de sistema tem sofrido alterações, nomeadamente nos tempos que correm, com a integração em plataformas europeias, etc. Essa extrapolação seria totalmente errada, mas é só para dar a noção de que estamos a falar de valores muito valiosos.

Por outro lado, no âmbito do ajustamento final posso tentar adivinhar — foi a ERSE a responsável pelo cálculo e fez as alterações que entendeu — que, nos números que tínhamos, as receitas de serviços de sistema destes 10 anos, portanto, do período de ajustamento final, para as 16 centrais que foram objeto de ajustamento final, andaria à volta dos 160, 165 milhões de euros. Isto para concluir que seriam receitas com um montante bastante avultado, mas ao certo não lhe consigo dizer de quanto é que estaríamos a falar neste projeto específico da extensão do domínio hídrico. Aí não consigo precisar quais os montantes.



Estes valores que lhe digo são valores associados a cálculos que já foram feitos. Mas pensar, para a frente, em quanto é que — e alguns destes centros produtores vão estar em serviço até 2052 —, seriam as receitas desses centros produtores, não tenho esses números, nunca fiz essas contas, portanto, seria impossível dar-lhe um número.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — De qualquer maneira, ficamos com esse número: 390 milhões como o ganho da EDP em serviços de sistema ao longo dos 10 anos...

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Valor esse que foi devolvido ao sistema.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Devolvido, sim, eu sei. Mas foi o ganho que depois foi devolvido.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Sim, sim.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Daqui para diante já não será devolvido.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Daqui para diante temos o tal valor dos 160, 165, não sei. Era o valor que tinha, mas não sei se foi esse que a ERSE considerou. Era esse o valor que estava no cálculo do ajustamento final.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Certo. Mas todo este valor que é devolvido é o que corresponde ao período subsequente, porque são todas as centrais que estão a trabalhar.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Solicito que conclua, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Só tenho uma última pergunta, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Esse segundo período diz respeito só a 16 centros hídricos. Portanto, esses 165 milhões dizem respeito a centros hídricos.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A minha última pergunta é sobre as reuniões paritárias. Em 2010 elas deixaram de se realizar. Já falou da importância que tinham, mas pergunto-lhe qual era o valor, em termos de transparência, da relação entre estas duas empresas com ativos regulados perante a tutela.

Sabemos que era dado conhecimento das atas à Direção-Geral quando os assuntos eram relevantes e relativos a impactos financeiros no sistema e noutras matérias. Pergunto-lhe como é que foi tomada a decisão.

Sobre isso o Eng.º Vítor Baptista não nos podia responder, porque já não estava na empresa quando as reuniões paritárias deixaram de se realizar e deixaram de existir estas atas. Pergunto-lhe quando é que foi decidido, por quem e com que argumento, o fim destas reuniões paritárias e o fim destas atas.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Ora bem, sei que alguns temas chegaram realmente, como referi na minha apresentação, às reuniões da Comissão Paritária, que tinha a vantagem de ter elementos de ambos os lados, portanto, os diretores das equipas técnicas, os administradores. Eram reuniões bastante participadas e onde os temas eram discutidos de forma clara e transparente.

Há atas e os senhores têm as atas dessas reuniões. Inclusive, os diretores quando tinham dificuldades faziam o ponto da situação das revisibilidades, quando havia dificuldades quer de escassez de pessoas, quer de alguns aspetos técnicos que achassem relevantes, discutiam tudo isso de forma clara e transparente. Acho que a bem da transparência essas comissões paritárias tinham muita importância, mas o que levou ao seu fim...

Nunca participei em nenhuma reunião da Comissão Paritária. Soube que tinham terminado ou que nunca mais tinha havido nenhuma a partir de 2010, mas as razões desconheço em absoluto. Penso que acabaram em 2010. A última foi em 2010, já com um novo conselho de administração.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Muito obrigada, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía.

Vou passar ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, ao Sr. Deputado Duarte Alves, a quem concedo a palavra.

Queira ter a gentileza, Sr. Deputado.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía, cumprimento-a, assim como a todos os Srs. Deputados.

Aproveito já para pedir desculpa porque vou ter de sair um bocadinho mais cedo, não sei se vou poder estar na segunda ronda.

De qualquer forma, como já foi aqui bastante referido, a Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía foi a autora do estudo da REN sobre a extensão da concessão do domínio hídrico.

A minha primeira observação sobre isso é que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou, está quase a fazer um ano, no dia 13 de outubro de 2017, um requerimento ao Ministro do Ambiente para que nos fosse entregue o seu estudo, que já foi aqui referido, e até agora não obtivemos resposta por parte do Governo. Está quase a fazer um ano e esse prazo já está bastante ultrapassado.

Além disso, o estudo também foi pedido para o acervo desta Comissão de Inquérito e foi enviado como um documento classificado como confidencial. De alguma forma, foi enviado como um anexo apenas disponível para consulta no local.

Gostaria de lhe perguntar se há algum motivo para o seu relatório não ser tão público, para não o podermos conhecer de outra forma que não seja assim, com esta classificação de confidencial.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Está a dar-me uma novidade, Sr. Deputado. Não sabia que estava classificado como confidencial. Foi pedido à REN e a REN enviou-o para esta Comissão. Penso que todos os Srs. Deputados têm acesso ao estudo, mas desconheço, em absoluto, essa questão que está a levantar. Não sabia que estava classificado como confidencial, não sei.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — A REN alega que há ali questões de segurança e de relações contratuais.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Ora bem, se está a falar em relação a esse documento estar público para toda a gente, aceito, porque, no fundo, deriva de um contrato que temos com a EDP. Tínhamos os CAE, éramos uma das contrapartes, nos CMEC também, portanto, nos acordos de cessação e é informação que não compete à REN unilateralmente decidir fornecer assim para o mundo.

É do conhecimento dos Srs. Deputados e penso que esse pedido se referia a que não fosse divulgado para fora.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sendo uma pessoa que acompanhou muito de perto todo este processo, queria tentar confirmar consigo um pouco

do que é o filme dos acontecimentos. Algumas questões já terão aqui sido colocadas por outros Srs. Deputados, mas, de todo o modo, queria primeiro perguntar se aquela avaliação dos 6,6%, que depois veio a ser questionada pela EDP, é resultado deste trabalho conjunto entre a EDP e a REN.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Não. Aquela nota sobre o custo de capital, portanto uma nota WACC que os Srs. Deputados também têm, não resulta do estudo da equipa de trabalho. Como falei, o valor de 6,6% foi avançado pela EDP.

Na reunião, a EDP disse: «O nosso custo de capital é 6,6%». Ouvi aquele número e depois fui fazer o cálculo e ver se, de facto, ele fazia algum sentido. Como digo, tinha um intervalo inferior, um intervalo superior e, realmente, os 6,6% estavam enquadrados naquele intervalo e, portanto, achámos que aquele valor avançado pela EDP fazia sentido. Foi isso.

Mas aquela elaboração da nota, os pressupostos, aquelas decisões que tomei para o cálculo daqueles parâmetros não foi do conhecimento da EDP.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas, então, esse valor tem em conta essa articulação que há entre a EDP e a REN?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — É assim: esse valor que me foi avançado teria de o verificar. Portanto, ia fazer o meu trabalho e ia verificar se esse valor faria sentido ou não. Se não fizesse, o tema seria levado novamente à equipa técnica e teria de ser debatida a consideração de outro valor que teria de ser discutido, debatido.

Não foi o caso. Eles avançaram com o valor. Os valores que obtive conseguiam enquadrar essa taxa, portanto, passou, no seio do grupo de trabalho, a ser a taxa considerada nos cálculos.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Já foi aqui também referido o célebre *draft* da Resolução de Conselho de Ministros, que terá sido entregue por Manso Neto, tendo este informado posteriormente que Miguel Barreto e Rui Cartaxo estariam a fazer alguns ajustes formais. Depois, a 30 de novembro, aparece o novo valor defendido pela EDP de 4,7%.

Confirma que foi assim? Conhece esses ajustes feitos por Rui Cartaxo e Miguel Barreto?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Não, não conheço esses estudos, esses valores. Desconheço.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Tinha aqui outra questão que tem a ver com algo que já foi aqui referido sobre o pedido que depois foi feito ao Credit Suisse e à Caixa BI para fazerem a tal avaliação independente. Não acha notável que primeiro seja pedido ao Credit Suisse e à Caixa BI esta avaliação — e isto terá sido em janeiro — e que, depois, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2007, que obriga à consulta de duas entidades financeiras independentes, saia só em março?

E o tal Decreto-Lei n.º 226-A, de 31 de maio, repete essa exigência. Ou seja, parece que primeiro se pede o estudo e depois é que se vai legalizar, colocando numa resolução essa exigência de estudo às duas entidades independentes porque, aparentemente, o estudo da REN já não servia. Não acha notável esta cronologia um bocado ao contrário?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Acho. Acho um bocado estranho. Sinceramente, acho que isso não contribui nada para a transparência de um processo destes e com o impacto financeiro que isto tem para os consumidores. Acima de tudo, acho que as regras deveriam estar

claras, os *timings* claros e a transparência também devia estar perfeitamente ao alcance de todos. Todos deveriam conseguir, no fundo...

Todos nós, como consumidores, e estou a falar como consumidora, deveríamos olhar para esse processo e conseguir, com toda a certeza, assegurar ou ter a informação que nos permitisse ficar descansados de que o processo tinha decorrido de forma totalmente transparente e sem essas questões de *timings* estranhos.

Acho que isso não abona a favor de todo o processo. Peço desculpa, mas sou muito franca e quando me fazem essas perguntas tenho de responder e normalmente não respondo de forma muito redonda, vou direta ao assunto. Estou aqui a falar como consumidora. Gostaria que um assunto dessa natureza, com esse impacto financeiro, estivesse mais bem documentado, mais bem suportado e mais bem fundamentado.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Agradecemos-lhe essa frontalidade com que tem encarado todas as questões.

Em relação a esse pedido dos estudos à Caixa BI e ao Credit Suisse, sabe exatamente quem pediu essa avaliação, quem foram os vários intervenientes nesse pedido?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Não, não me movimento nesses meios e não tinha qualquer contacto com os responsáveis da energia à data. A não ser aquela minha ida ao Ministério para entregar o modelo, não tive mais contactos com ninguém e sou totalmente desconhecadora desse processo.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Voltando um pouco ao tal «filme dos acontecimentos», queria também que me ajudasse a perceber algumas questões.

Tem ideia de quando e porque é que estas questões deixaram de ser acompanhadas pelo Secretário de Estado da Energia Castro Guerra e passaram diretamente para a tutela do Ministro Manuel Pinho, com a assessoria do Dr. Rui Cartaxo, de uma forma em que este quase assumiu a pasta, através dessa mesma assessoria? Quando é que se dá essa alteração e qual é a razão que julga haver para essa alteração?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Essa decisão passou-me... Se houve informações públicas, na altura, foi através dos jornais que fui tendo algum conhecimento. Mas o conhecimento que tive através dos jornais foi quando o valor foi aprovado. O que está por detrás, todo o processo de aprovação, de seleção dessas entidades, etc., eu não conheço. Portanto, não lhe posso responder.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, ponho-lhe uma outra questão. Há pouco disse que entregou o *CD* a Rui Cartaxo e que, depois, não voltaram a falar sobre o assunto. Foi isto que ouvi há pouco. Mas não houve nenhum debate? Havia duas posições diferentes: uns defendiam uma coisa, outros defendiam outra. Depois, não houve nenhum debate, nem nenhuma discussão para apurar quem tinha razão acerca dos valores? Essa discussão não continuou?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Uma discussão em que eu tenha participado, não.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas sabe se houve alguma discussão, mesmo que não tenha participado nela, em que a REN tenha estado?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Desconheço.



O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Já agora, quando a REN envia o seu relatório, em janeiro, ao Governo, acha que a REN já sabia que o Governo iria querer, depois, esses dois estudos independentes?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Na altura não sabia, não me transmitiram essa informação. Transmitiram-me o sentimento de urgência, disseram-me que era necessário preparar a tal nota e ir ao Ministério.

Só associei a isso quando o Dr. Rui Cartaxo me pede uma segunda versão, estava convencido de que eu levaria um segundo *CD*, ou seja, duas versões. Mais tarde, pelos jornais, tive conhecimento de que tinham sido contratadas duas entidades bancárias e é evidente que era impossível não fazer aqui uma ligação, uma associação. Mas ao certo, ao certo, não sei. Não sei se o Dr. Rui Cartaxo entregou ou não o modelo às entidades financeiras, por isso ao certo não posso saber.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Neste processo todo, podia responder-me se a REN conhecia a posição do parecer do Dr. Rui Pena, relativamente ao tipo de diploma que deveria enquadrar a concessão do domínio hídrico, ou seja, o parecer define claramente que deveria ser não através de um decreto-lei, mas antes através de um outro tipo de diploma. Conheciam essa posição? Como reagiu a REN ao facto de essa opinião ter sido desconsiderada pelo Governo?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Desconheço essa posição do Dr. Rui Pena, por isso não lhe posso responder.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Só para perceber melhor, desde essa altura em que foi entregue o *CD*, não foi envolvida, depois, noutra tipo de

discussões sobre esta questão? Isso mantém-se até hoje? Até hoje nunca mais participou... Nunca nenhum responsável governamental foi ter consigo, sabendo que fez aquele estudo para tentar ter alguma consideração sobre o que estava nesse relatório? Não houve nenhum contacto posterior?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Não, não houve nenhuma interação comigo. Mas, suponho, que comigo também não deveria haver, quando muito seria com a administração da REN à data, mas que eu tenha conhecimento, penso que não. Aliás, tenho ideia de que o Eng.<sup>o</sup> Vítor Baptista também teve conhecimento desse valor pelos jornais, pois lembro-me que comentámos esse facto.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — No *slide* 6 da sua apresentação, refere que foram submetidos à Direção-Geral de Engenharia e Geologia (DGEG) alguns temas específicos — este é o terceiro ponto que está na sua apresentação. No último ponto, diz-se, também, que foram enviados alguns relatórios à DGEG para aprovação e homologação pelo Sr. Secretário de Estado da Energia. Queria perguntar-lhe se recorda quais foram, em concreto, os temas sujeitos a discussão com a DGEG e os relatórios remetidos. Sabe se o seu relatório foi também enviado à DGEG?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Só para esclarecer o seguinte: não é o meu relatório.

Está a falar do relatório dos ajustamentos anuais?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Do relatório relativo à extensão do domínio hídrico.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Que eu tenha conhecimento, a DGEG não conhece esse documento.

Relativamente a esta questão e a estes temas em particular, quanto aos investimentos ambientais de Sines e aos custos de desmantelamento no Barreiro, houve uma troca de cartas. Estávamos a falar sobre um montante de investimento significativo e, portanto, da aprovação explícita, pela DGEG, desses valores. Há um conjunto de cartas que foram enviadas pela REN, depois a DGEG respondia e ia acordando esses valores.

Depois, há outro conjunto de temas, que eram muito específicos, das revisibilidades, que foram situações que foram aparecendo, como as que referi ainda há pouco, por exemplo a tarifa URT (uso da rede de transporte). Portanto, a ERSE decidiu que uma componente da tarifa do uso da rede de transporte seria paga pelos produtores e esse tema foi posto em cima da mesa. A REN aceitou incluir esse valor no cálculo das revisibilidades anuais, mas essa decisão era sempre condicional. Quer isto dizer: «*okay*, entra no cálculo, mas vamos submeter à aprovação da DGEG a consideração desta componente». Isso aconteceu para a tarifa URT, aconteceu para o fim da OMEL (operador do mercado ibérico de energia – polo espanhol), aconteceu também para a tarifa social. As receitas de *swaps* de EUA por CER também tiveram esse tratamento. Nós decidimo-nos por uma metodologia: «*okay*, vamos considerar essa metodologia, mas sempre na condicional. Se a DGE, depois, vier a ser contra e não aceitar, então depois far-se-á a revisão do valor calculado». Foi nesta ótica que nós mandamos.

Nesses últimos casos que referi, não houve propriamente uma carta da DGEG a aceitar esses valores, aliás, o próprio documento diz: «Não houve resposta em tempo útil». Como tal, nós considerámos: «Mas, então, depois, punha-se a tal condição. Se a DGEG viesse a ser contra...» A DGEG, depois, fez alterações. Por exemplo, inicialmente tínhamos uma metodologia para as receitas de *swaps* de EUA por CER, uma divisão de 50/50 dos ganhos —

50% para o sistema, 50% para o produtor —, mas a DGEG não aceitou e corrigiu o valor. Ou seja, na fase a seguir, na fase em que a DGEG tinha de preparar o parecer para enviar à Secretaria de Estado e após os esclarecimentos que entretanto a REN já tinha enviado, a pedido da DGEG, esta última já aprovava ou não aprovava o valor e, se fosse o caso, corrigia. Portanto, a própria DGEG tomava a iniciativa, dizendo: «Nós não aceitamos isto, vamos corrigir o valor». Isto aconteceu, por exemplo, com essas receitas do serviço de sistema, com um erro de digitação de uma fatura que a PricewaterhouseCoopers, a auditora, descobriu, tendo a DGEG também corrigido esse valor.

O processo funcionava desta forma totalmente transparente: os relatórios eram auditados, eram enviados para lá, faziam o tal parecer e, depois, enviavam para a Secretaria de Estado. A REN, aqui, não tomava uma decisão definitiva, tudo o que considerávamos fazer sentido, que tinha um racional por detrás... Por exemplo, em ambiente CAE, essa componente de custo entraria, isto é, fazia parte dos CAE, então em ambiente CMEC também fazia sentido. Então, considerávamos condicionalmente esse valor, mas sempre à espera que a DGEG tomasse uma decisão, isto é, a nossa nunca era uma decisão definitiva.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, sabe qual é a razão para que o relatório sobre a extensão do domínio hídrico público não tenha sido enviado à DGEG?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Pois, a razão não sei. Sei que, na altura, o diálogo entre a administração da REN e as entidades competentes far-se-ia em relação à Secretaria de Estado, nesse caso em concreto, e não com a DGEG.

O Eng.º Vítor Baptista poderia dizer melhor se teve algum contacto com a Direção-Geral, eu pessoalmente... Eu recebia os *e-mails* do Dr. Miguel Barreto a pedir simulações e temos os *e-mails* todos. Não sei se a nota propriamente dita foi enviada ao Dr. Miguel Barreto, isso não sei. Vi-a na mesa do Dr. Rui Cartaxo, isso sim, com certeza. Relativamente ao Dr. Miguel Barreto não faço a mínima ideia se teve acesso à nota ou não.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Na audição que se fez nesta Comissão ao Dr. José Penedos que, na altura, era presidente da REN, foi manifestado que a sua posição era, de alguma forma, contrária a este processo.

Naquele episódio do *CD* e da resposta de Rui Cartaxo, houve, depois, algum comentário que lhe tivesse sido feito por José Penedos em relação a esses comentários de Rui Cartaxo? Deu-lhe razão em relação ao que estava no relatório?

A Sr.ª Dr.ª **Maria de Lurdes Baía**: — Em relação a essa questão em concreto, nunca tive qualquer conversa com o Eng.º Penedos.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Em relação ao modelo Valorágua, e para terminar, perguntava-lhe que conhecimento e avaliação de fiabilidade e rigor podia ter a ERSE do modelo matemático Valorágua em posse da REN, bem como a fiabilidade e rigor dos dados transmitidos pela EDP, beneficiária final dos valores calculados pela REN.

Faz sentido ou não que hoje duas empresas privadas — a EDP e a REN — articulem entre si o uso do modelo, de forma a tirarem benefícios para si? Faz sentido esse modelo estar nas mãos da EDP e da REN, que até têm capitais muito próximos entre si?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — O facto de a REN e de a EDP serem empresas privatizadas — falo como testemunha, uma vez que faço parte da equipa técnica — nunca impediu que fizéssemos o nosso trabalho de forma séria. Do lado da EDP defendem os interesses da empresa, do lado da REN sempre defendemos os interesses dos consumidores. Que não restem dúvidas disto a esta Comissão, independentemente de a REN ser uma empresa privada ou de ser uma empresa pública. Nós sempre fizemos o nosso trabalho, sempre a defender os interesses dos consumidores.

Relativamente ao modelo, este é um modelo REN. Falou nos dados EDP... Realmente, quanto às indisponibilidades, às condicionantes, às bandas de regulação, ou seja, dados que são necessários para alimentar o modelo, a REN vai buscar esses elementos à base de dados do gestor de sistema. Portanto, não está à espera que a EDP lhos envie. Uma vez que a REN é o gestor de sistema, é evidente que, na sua origem, é o produtor... Mas todos os produtores são obrigados, no dia a dia, a comunicar ao gestor de sistema as suas indisponibilidades. No dia a dia, logo no início do ano, hora a hora, os produtores são obrigados a comunicar essas indisponibilidades.

No final do ano... No início do ano seguinte, o que é que a REN faz? A REN vai à base de dados do gestor de sistema buscar essa informação e vai enviá-la para a EDP para validação. Portanto, estou a falar relativamente a indisponibilidades, condicionantes, bandas de regulação, restrições, etc.

Relativamente às receitas de serviços de sistema, a REN tem a sua própria base de dados de faturação e liquidação, porque a REN é a responsável pela faturação e liquidação, a REN faz o levantamento de toda a informação relativa aos serviços de sistema — estamos a falar das energias e das receitas — e envia-a para a EDP para validação. Portanto, há um processo de recolha e um processo de validação.

Relativamente às afliências, também diariamente — acontece hoje e todos os dias —, a REN está a receber informação via sistemas informáticos das afliências que chegam aos centros produtores.

No final do ano... No início do ano... Aliás, no início do ano em que estamos a fazer a revisibilidade do ano anterior, o que é que a REN vai fazer? A REN tem a sua base de dados com essa informação que lhe chegou diariamente e, entretanto, a EDP também tem as afliências. Neste caso, funciona ao contrário: a EDP envia as afliências para a REN e há um processo de validação por parte da REN... O que é que a REN vai ver? Tenho estas afliências, que me chegaram ao longo do ano, diariamente, e nas quais já detetei alguns erros, o que é normalíssimo, porque estamos a falar de milhares de dados.

Portanto, a REN olha para essa informação diariamente, por vezes são detetados erros, que são comunicados logo, imediatamente, à direção da EDP responsável por essa informação, e, no final do ano, vamos ver... Há ali um processo de verificação e por isso é que essa recolha e validação de dados é um processo muito demorado, como podem imaginar. É que não estamos a falar de um ficheiro ou dois, estamos a falar de vários ficheiros com milhares de dados lá dentro.

Por isso, não podemos dizer que a REN utiliza, nas revisibilidades anuais, dados da EDP. Isso é uma forma grosseira de dizer as coisas. Existe um mercado, existe a obrigatoriedade de comunicação ao mercado de um determinado tipo de informação que é necessária à operação de gestão do sistema, a REN vai buscar essa informação à base de dados do gestor de sistema — já no final do ano, que fique bem claro — e, depois, há todo um processo de validação. Portanto, é a EDP que tem de validar a maior parte da informação e a REN valida a parte das afliências.

Não sei se respondi à sua questão...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sim, sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Concluiu, Sr.<sup>a</sup> Doutora?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado António Topa.

Sr. Deputado, queira ter a gentileza.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, gostaria de cumprimentar e saudar a Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía pela forma explícita como tem desenvolvido todo o seu raciocínio e respondido às nossas questões.

Sr.<sup>a</sup> Doutora, no desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão, as maiores questões que se têm levantado são, essencialmente, sobre as taxas de custo de capital nos CMEC, a extensão da concessão do domínio público hídrico, a extensão da licença para a exploração da central de Sines e os sobrecustos da PRE. Temos falado bastante sobre esta última questão, embora o desenvolvimento deste processo da PRE tenha sido sempre feito através de concursos públicos, muito abertos e participados e com alguma importância para o País, essencialmente nos termos da descarbonização, etc., etc., etc.

O Prof. Paulo Pinho afirmou nesta Comissão o seguinte: há sobrecustos que não são justificados no setor elétrico; o ponto de partida para os custos dos CMEC foram os CAE; a taxa de rentabilidade dos CAE era elevada, com uma rendibilidade fixa de capital que se prolongava por muitos anos; o objetivo dos CMEC era levar o setor elétrico a mercado, sendo os CMEC a solução possível para substituir os CAE; o efeito económico dos



CMEC era que fossem financeiramente neutros face aos CAE. Estas são palavras do Prof. Paulo Pinho.

Questionado sobre esta matéria dos CMEC e sobre o problema das rendas excessivas e dos sobrecustos, ele disse que a legislação que criou os CMEC, na sua pureza original, estava definida para que eles fossem financeiramente neutros. O problema, disse ele — continuando a sua afirmação e aquilo que referiu, no fundo —, como tudo na vida, são os detalhes, e pelos detalhes foram entrando coisas que violaram o princípio da neutralidade.

Questionado sobre os detalhes por um Colega do Partido Socialista, ele disse: lá voltamos aos custos de capital, que são uma questão central no aumento do valor económico dos CMEC em relação aos CAE.

A Portaria n.º 611/2007, de 20 de julho, do Ministro Manuel Pinho, definiu uma taxa nominal de atualização para o custo médio de capital dos produtores elétricos de 7,55%. A REN e a ERSE, como a Sr.ª Doutora explicitou nos seus esclarecimentos, defendiam uma taxa de 6,6%.

Sr.ª Doutora, de acordo com as afirmações do Prof. Paulo Pinho, o detalhe está aqui?

A Sr.ª Dr.ª **Maria de Lurdes Baía**: — Vamos lá ver, aqui temos duas questões: temos, por um lado, a extensão do domínio hídrico, onde...

O Sr. **António Topa** (PSD): — Estou a falar nos CMEC.

A Sr.ª Dr.ª **Maria de Lurdes Baía**: — Sim, sim.

Pronto, mas essa taxa de 6,6% de que falou foi utilizada no estudo do domínio hídrico, portanto, não está a ser utilizada em lado nenhum nos CMEC. Começo por aí, só para esclarecer esta situação: os 6,6%, aquele

custo médio ponderado de capital, foi a taxa utilizada para a valorização da extensão do domínio hídrico.

O Sr. **António Topa** (PSD): — E qual era a taxa defendida pela REN para o cálculo dos CMEC?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Relativamente aos CMEC... Então, agora vamos falar dos CMEC e da parcela fixa. O que a REN defendia era que a taxa de capitalização fosse igual à de atualização.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Os 6,6%?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Não, 4,85%. Ou seja...

O Sr. **António Topa** (PSD): — Como?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Era 4,85%. Na parcela fixa dos CAE... Podem ver isto no meu *slide 7*...

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Isto é pior!

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — No cálculo da parcela fixa...

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Desculpe, Sr.<sup>a</sup> Presidente. Era um aparte, estava a dizer que ainda era pior...

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Não, não, não, mas eu explico.

Se voltarmos ao *slide 7*, ao cálculo do valor inicial... O que é o cálculo do valor inicial? É um cálculo que foi feito à data da cessação dos CAE, ou

seja, num estudo prospetivo foram determinados fluxos de custos e de receitas que, depois, foram atualizados à taxa definida no decreto-lei. Essa taxa definida no decreto-lei — por acaso não tenho aqui o artigo — era a taxa de rendibilidade da dívida pública acrescida de 25 pontos base e, portanto, esse valor foi de 4,85%. Ora, esta taxa permitiu chegar ao valor de 833 milhões, ou seja, estamos a atualizar os fluxos anuais de custos e receitas...

Isto é no cálculo inicial. Quero que tenham presente que, nesta temática dos CMEC, temos três fases de cálculos e estou a falar da primeira, daquela que, depois, vai ser convertida naquele valor, que vai ser convertido numa anuidade fixa, que constitui a parcela fixa da UGS (uso global do sistema).

A taxa de atualização é de 4,85%. O que é que esta Portaria n.º 611/2007 determinou? Determinou que a taxa de capitalização, ou seja, a taxa que vai calcular a anuidade, aquilo que os consumidores pagam, é calculada com base numa taxa de 7,55%. Portanto, o diferencial entre esta taxa de 7,55% e a de 4,85% tem implícito um prémio de risco de 270 pontos base.

Estão a ver? Ou seja, eu, para trás, atualizo a 4,85% e, para a frente, capitalizo a 7,55% e, portanto, é o diferencial entre estas duas taxas que nos permite logo concluir que há um prémio de risco implícito. É aquela questão com a qual eu disse que não concordava e, nos nossos comentários, dizíamos isso mesmo, que não concordávamos com a aplicação de um prémio de risco nesta taxa, nestes 7,55%. Não concordávamos. E porquê? Em primeiro lugar — e a razão mais importante —, porque o próprio decreto-lei estabelece mecanismos de mitigação de risco, que estão associados às tais segunda e terceira fases deste processo, que têm a ver com os ajustamentos anuais e com o ajustamento final. Portanto, isto é quanto ao tema das taxas relativamente aos CMEC.

Depois, indo para outro tema... A extensão do domínio hídrico é outro tema à parte, e aí é onde surgem os 6,6%. Espero ter contribuído para esclarecer...

Mas faça favor, Sr. Deputado, está com dúvidas...

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Estou, estou. Mas isso...

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Doutora, de qualquer forma, há um problema de taxas de capital.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Claro, é evidente! Portanto, temos, numa situação...

O que é isto da atualização? O que é isto da capitalização? Há um custo de capital implícito nestes cálculos, porque, se não existisse, tomávamos todos os valores e pronto. Não é isso que está aqui em causa. Há o valor temporal do dinheiro e o custo do dinheiro, que é necessário ter em conta.

Aqui, a questão é sobre a diferenciação de taxas, porque, se eu utilizasse... Eu utilizei... O decreto-lei assim o determinou, foi utilizada a taxa de 4,85%. Se eu calculasse a anuidade que vai para a parcela fixa a 4,85%, obtinha uma anuidade de cerca de 64 milhões de euros, que comparam com estes 81 milhões de euros. Repare, isto foi o que a EDP recebeu até 2012 e, portanto, há aqui um excesso, no meu entender, como é óbvio. Acho que não havia lugar a esse excesso, pelas razões que já expliquei.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Portanto, esta diferenciação de taxas foi, no fundo, por uma decisão política que não tem nenhum aspeto de decisão técnico. É que, se existiam grupos de trabalho da EDP e da REN que definiam e estudavam estas situações, mas, por uma decisão essencialmente

política, alguém publicou uma portaria, não se sabe como nem porquê — e a influência técnica, chamemos-lhe assim, não era esta —, isto, possivelmente, resultou num prejuízo para os consumidores.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Isto é assim, se me perguntar, realmente...

A portaria que determina a taxa dos 7,55% não explica os contornos da fixação — porquê a fixação daquela taxa propriamente dita — nem explicita os fatores de risco que, presumivelmente, estaria a cobrir. Esta taxa compara com os 4,85%, portanto, é implícito um prémio de risco, mas a portaria não elenca esses fatores de risco. Aliás, não vemos, em lado nenhum, elencados esses fatores de risco, nem no Decreto-Lei n.º 240/2004 nem nas portarias onde são publicadas as taxas.

Portanto, essa informação não existe e acho que essa elencagem teria sido muito importante, até para esta discussão, se, realmente, na portaria ou noutro diploma, estivesse definido o que levou à fixação desta taxa e, por outro lado, o que esteve na base desse prémio de risco, para sabermos de que fatores estamos a falar concretamente.

Custa-me um bocadinho a entender quando há um mecanismo mitigador... O próprio decreto-lei estabelece um mecanismo mitigador de risco, que são as revisibilidades, é o mecanismo de revisibilidade. Alguém perguntava: há risco de preço? Não há risco de preço, naqueles 10 anos, são os preços verificados. Depois: há risco de recebimento? Não há risco de recebimento, é a REN que continua a pagar ao produtor e são os consumidores que continuam a pagar a fatura e essa cadeia de faturação está bem definida no decreto-lei. Portanto, não vejo onde possa haver espaço para a fixação de um prémio de risco.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Então, Sr.<sup>a</sup> Doutora, se não há risco, como é que se pode inferir que o diferencial desta taxa é um prémio de risco?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — É assim, nós olhamos para os números... No meu entender, não havia lugar ao pagamento, mas olho para estes números e digo: realmente, os consumidores estão a pagar um prémio de risco! Quer dizer, pagaram, porque, depois, entretanto,...

O Sr. **António Topa** (PSD): — Pagaram a mais!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Pagaram um prémio!

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Pagaram! Neste momento, a taxa já não é de 7,55%, já é outra, mas, naqueles cinco anos, pagaram!

O Sr. **António Topa** (PSD): — Então, vamos falar mais um bocadinho sobre a extensão do domínio público hídrico. Pelo aspeto, há também uma diferença de entendimentos relativamente às taxas. Como já foi referido, tudo se passou em 2006/2007, quando Manuel Pinho era Ministro.

O Professor Paulo Pinho também falou aqui sobre este aspeto das centrais hidroelétricas e ao que temos assistido é que nunca ninguém falou e discutiu esta matéria da extensão do domínio público hídrico para as barragens da EDP. Ninguém falou dessa matéria! Falou hoje a Sr.<sup>a</sup> Doutora e falou o Prof. Paulo Pinho, tendo sido com ele, enquanto esteve na REN, que esse assunto foi falado e discutido e houve trabalho nesse sentido, e mais ninguém falou disso.

O que acontece é que havia a possibilidade de estender o domínio público hídrico desde que houvesse uma negociação. Isto até teria de ser objeto de concurso público mas, como toda esta legislação é anterior à Lei

da Água, também não era obrigatório, na minha opinião, que isto fosse objeto de concurso público, visto que toda a legislação era anterior à Lei da Água.

Mas o que acontece aqui é que voltou a haver um diferencial de taxa bastante grande e este diferencial de taxas parece que implica um diferencial em prejuízo do Estado de cerca de 800 milhões de euros. Portanto, cá está outra vez o problema do custo de capital, cá está outra vez uma decisão política. Gostaria de saber se esta também é a sua opinião.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Relativamente a este tema, não consigo compreender o racional que está por detrás da decisão de atualizar o valor residual a uma taxa sem risco.

Passo a explicar qual foi o nosso racional para o estudo que fizemos. Numa análise de investimentos, numa análise de rendibilidade de um investimento, como ainda há bocado referi em resposta a uma pergunta da Sr.<sup>a</sup> Deputada do PS, vamos aferir, calcular, determinar se um projeto concreto consegue recuperar e remunerar o investimento — quando digo remunerar é à taxa de custo de capital que está a ser considerada — e, para além disso, se o projeto consegue assegurar um excedente.

O que é que isso significa? Significa que tenho um conjunto de fluxos anuais de custos e proveitos e vou determinar se esses fluxos são suficientes para fazer face ao meu investimento. Foi essa a nossa ótica, ou seja, não haveria, neste caso concreto — aliás, em qualquer projeto —, fluxos anuais de receitas e custos se não houvesse aquele investimento, se não estivesse lá a barragem, que tem aquele valor. Há aquele capital em dívida, que a EDP prescindiu de receber, e, portanto, ele é considerado como investimento inicial.

Em projetos de investimento, não posso dissociar o investimento dos fluxos anuais que vão, no fundo, cobrir esse investimento. Portanto, o próprio critério de avaliação, que, neste caso, é o VAL (Valor Atual

Líquido), tem intrínseca essa ligação entre o investimento e os fluxos anuais que vão remunerar e cobrir esse investimento, ou seja, fazem parte de um só projeto, têm o mesmo perfil de risco. Então, onde é que está refletido esse risco? Está refletido no custo de capital.

O custo de capital tem duas componentes, uma de custo de capital próprio — é ponderado, como o próprio nome indica, pela estrutura de financiamento — e outra de custo da dívida, porque a empresa não se financia só com fundos próprios.

Dentro da taxa de remuneração exigida pelos acionistas existe uma componente de risco de negócio, portanto, aquela perceção de risco de negócio que os investidores têm em relação a determinado ativo está no custo de capital exigido, na taxa de remuneração que os acionistas exigem.

Isto é para dizer que o custo de capital, ao refletir o risco de negócio, reflete não apenas o risco de negócio mas também o risco financeiro e, portanto, está a refletir o risco do projeto. Ora, faz todo o sentido pegar nos meus fluxos e atualizá-los àquela taxa.

Vou dar um exemplo. Os diferentes CAE, os diferentes projetos que temos aqui em cima da mesa, têm diferentes datas de fim de contrato. Vamos supor que se trata do primeiro, o do Douro Internacional. As três centrais do Douro Internacional terminaram o seu CAE no final de 2013. Então, o que iria acontecer no final de 2013? Vamos calcular o valor da extensão àquela data. Referíamos os fluxos anuais de receitas e proveitos, ou seja, os fluxos operacionais; referíamos esses valores, portanto, atualizávamos esses valores à data de 2014, a data de início da concessão relativamente àquelas três centrais. Então, tenho o valor residual, que é um valor único e que existe àquela data, e vou fazer o diferencial e determinar o meu VAL (Valor Atual Líquido), dizendo assim: «estas centrais, esta extensão vale este valor, que foi determinado no final do CAE».



Mas o Estado diz: «não quero receber em 2013, nem em 2015, nem em 2024, não quero receber quando termina o CAE, quero receber hoje, em 2007». Qual foi o nosso entendimento? Tenho aquele VAL que está referido à data de fim de cada CAE — no caso do Douro Internacional é em 2013, depois temos o Cávado, algumas delas em 2015, etc. — e vou referenciá-lo a 2007, a uma determinada data de 2007. A que taxa é que vou atualizar esse valor? Vou atualizá-lo ao custo de oportunidade do produtor. Em toda a teoria económica, a taxa adequada para a atualização de fluxos económicos é a taxa de oportunidade, neste caso, a taxa de custo de capital ponderada. Foi esse o nosso entendimento e o cálculo que fizemos.

O Sr. **António Topa** (PSD): — A título de comentário, nessa altura, o Estado e o Governo estavam a precisar muito de dinheiro e, como tal, isto era mesmo uma oportunidade. A EDP aproveitou, talvez, uma boa oportunidade de negócio e pagou 759 milhões de euros pela extensão da concessão do domínio público hídrico. Portanto, foi talvez porque o Estado precisava muito de dinheiro e aproveitou o dinheiro que a EDP deu.

Gostaria que a Sr.<sup>a</sup> Doutora pudesse comentar, eventualmente, a resposta da EDP relativamente a esta matéria da extensão do domínio público hídrico.

A EDP diz que não pagou só 759 milhões de euros, pagou 2100 milhões de euros, porque o que está em discussão não é o pagamento de ativos mas, sim, pagar a extensão do direito a explorar essas centrais. A EDP, como a Sr.<sup>a</sup> Doutora há bocado referido, prescindiu do valor residual dos equipamentos que eles consideraram nesta extensão de domínio público hídrico, dizendo que o valor residual são 1350 milhões de euros. Ou seja, o valor residual mais os 759 milhões de euros são 2100 milhões de euros e a EDP inclui nesse valor os 55 milhões de euros relativos à taxa de recursos

hídricos. Portanto, o que aconteceu foi que a EDP diz que pagou 2100 milhões de euros. Está de acordo com isso?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Doutora Maria de Lurdes Baía.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Isto é assim: a EDP tinha um valor em dívida. O valor residual era o valor em dívida que a EDP tinha direito a receber no final do CAE.

O Sr. **António Topa** (PSD): — A EDP prescindi.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Mas prescindi para ter um direito. Ou seja, o projeto foi avaliado como um todo e tendo em atenção que aquele valor seria o investimento, mas era um capital que estava em dívida. Compreendo também aí a posição da EDP, que pagou os 750 milhões de euros mas, por outro lado, é evidente que teve de investir. Lá está, por isso é que digo que é um investimento inicial, é aquele valor de partida que a EDP tinha de receber. Portanto, eles fazem as contas dessa maneira.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Portanto, não seriam...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr. Deputado, tem mesmo de concluir.

O Sr. **António Topa** (PSD): — É só uma questão direta.

Portanto, considerando isto, não seriam 759 milhões de euros mas seriam 2100 milhões de euros, menos 55 milhões de euros da taxa de recursos hídricos.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — A EDP não ia... O que é que a EDP pagou? Eles fazem as contas de qual é a perspetiva. Eles tinham direito a um valor residual, que não receberam, e, como tal, consideram isso como um custo. Aliás, nas contas que faço esse valor é deduzido, está deduzido. A EDP considera que está a pagar esse valor mais os 759 milhões de euros. São valores que estão em cima da mesa. Agora, eles valorizaram esse valor residual; quando eles falam em 1300 milhões de euros, eu, por exemplo, falo em 1000 milhões de euros. Eles valorizaram esse direito que têm de recebimento por causa daquele jogo, entre aspas, das taxas.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Passamos agora à segunda ronda.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Tinha a ideia que faltava ainda um grupo parlamentar.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Falta o CDS, que não está presente hoje e que informou...

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Tinha a ideia que eram cinco e estava a faltar-me um.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sim, com toda a razão. Mas o Sr. Deputado informou-nos que está impossibilitado de estar presente hoje.

Portanto, vamos passar à segunda ronda, em que temos 5 minutos por cada grupo parlamentar, e a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía responde só no fim, com a soma do tempo gasto pelos Srs. Deputados, mais ou menos.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Passos, queira ter a gentileza de intervir pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Passos** (PS): — A Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía, há pouco, referiu-se ao Professor Paulo Pinho. Tenho aqui uma questão muito breve a propósito disso.

O Professor Paulo Pinho saiu do Ministério da Economia, onde era consultor de Carlos Tavares, diretamente para a REN. Tendo o Professor Paulo Pinho sido consultor de Carlos Tavares e transitado, posteriormente, para a REN, é espectável que a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes tenha trabalhado com o Professor enquanto colega da REN e mesmo anteriormente à entrada dele na REN.

Este tipo de transferência é suscetível de se enquadrar no conceito de «portas giratórias», isto é, a movimentação de altos quadros entre os setores público e privado. Alguma vez sentiu existir promiscuidade ou conflito de interesses não declarado por parte do Professor Paulo Pinho?

Para terminar, gostava de colocar uma outra questão: a análise da Comissão Europeia que considera que os CMEC não constituem auxílio estatal já foi criticada nesta Comissão por diversos especialistas em energia, incluindo o Sr. Eng.<sup>o</sup> Pedro Sampaio Nunes e o Dr. Abel Mateus. Como é que analisa a decisão da Comissão Europeia? Na sua opinião, Bruxelas deveria ter analisado estes contratos de forma diferente?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra ao Sr. Deputado António Topa, pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Doutora, gostaria que me respondesse a esta questão: acha que a extensão da exploração da central de Sines deveria ter ido a concurso público ou não? Na sua opinião, essa matéria estava definida em alguma legislação, em algum lado?

Sr.<sup>a</sup> Doutora, em 2017, a ERSE elaborou um estudo sobre os sobrecustos que os CMEC teriam relativamente aos CAE. Nesse estudo são

identificados 510 milhões de euros de sobrecustos; desses, 285 milhões de euros são referentes à inexistência de testes de disponibilidade das centrais, ao abrigo dos CMEC, e 125 milhões de euros são referentes ao tal prémio de risco, à diferença entre a taxa de desconto para o cálculo do valor dos CMEC e a taxa de capitalização dos mesmos, para diferir o seu pagamento em 20 anos.

De qualquer forma, relativamente a esta matéria do prémio de risco, do ponto de vista técnico — como, aliás, ficou demonstrado aqui pelo Professor João Duque —, aceita-se a existência das duas taxas. No entanto, não se compreende por que é que não se procedeu à titularização dos valores em causa.

Na opinião da Sr.<sup>a</sup> Doutora, a titularização seria o cenário central para a aplicação dos CMEC? Acha que as taxas implícitas numa operação de titularização poderiam ser próximas ou até menores do que as OT (Obrigações do Tesouro) consideradas no cálculo da parcela fixa dos CMEC, uma vez que o risco desses créditos estaria isolado do resto da EDP? Acha que o Estado tinha poder para obrigar a EDP a fazer uma operação de titularização?

Sr.<sup>a</sup> Doutora, relativamente a esta matéria, o Decreto-Lei n.º 240/2004, dos CMEC, de facto, não previa testes de disponibilidade. No entanto, havia o dever jurídico e moral destes serem efetuados pela REN, uma vez que esta empresa, sendo pública, deveria orientar-se para a defesa do interesse público e tinha a capacidade e a competência para proceder à realização dos referidos testes, e havia também a obrigação perante a ERSE, que também não fiscalizou se a REN cumpria as suas obrigações regulamentares.

Não acha que vir atribuir estes alegados sobrecustos à legislação dos CMEC é uma forma de «sacudir a água do capote» e fugir às responsabilidades, sobretudo se considerarmos que o risco de existir um sobrecusto já estava identificado?

Gostaria de colocar outra questão. Mesmo que a legislação dos CMEC não obrigasse a esta situação de verificação da disponibilidade, tem conhecimento se algum dia, neste país, por falta desta verificação, houve algum problema complicado no setor elétrico porque não foi verificada a disponibilidade e centrais que deveriam estar disponíveis não o estão? Tem conhecimento de alguma situação deste tipo? Nós não, mas pode ser... Aliás, a argumentação do atual Secretário de Estado para deixar de pagar a garantia de potência foi que pediu parecer à REN e a REN lhe garantiu que o sistema elétrico funcionava bem por si e, portanto, não havia que ter garantias de disponibilidade permanentes.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Concluiu, Sr. Deputado?

O Sr. **António Topa** (PSD): — Quanto tempo tenho ainda, Sr.<sup>a</sup> Presidente?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem ainda alguns segundos.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Uns segundos?! Então, fico por aqui. Tenho muita coisa mais mas, agora, teria de seleccionar as questões.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa, do BE.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, queria agradecer de novo os esclarecimentos que nos têm sido prestados pela Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía.

Em primeiro lugar, quanto à sua referência a Sines, elencou três vantagens que a EDP terá obtido com a nova legislação e com a cessação dos

CAE. Pergunto-lhe em que medida entende que no caso de Sines a vantagem decorre da mudança da legislação, do novo regime, ou seja, da cessação dos CAE e da introdução dos CMEC, ou, pelo contrário, entende que é uma vantagem contemporânea da nova legislação mas que não decorre necessariamente dela.

Em segundo lugar, sobre a questão do primeiro semestre de 2017, queria perceber qual a dimensão da vantagem para a EDP da decisão que foi tomada pela ERSE e se, de algum modo e de forma resumida, nos podia apresentar os argumentos da REN para defender que não devia haver lugar a revisibilidade anual nesse período e os argumentos da ERSE para, pelo contrário, a ter mantido.

O comentário da REN ao projeto de Decreto-Lei dos CMEC refere-se ao problema do fim dos ganhos comerciais da REN obtidos por resultado das importações e exportações, quantificando em 280 milhões de euros a compensação que deveria ter sido introduzida no cálculo dos CMEC para fazer face a essa perda de valor que a REN sofreria com a nova legislação. Essa perda de valor acabou por consumir-se e acabou por não haver lugar a qualquer compensação à empresa.

Gostava de perceber, por um lado, até que ponto é que decorreu uma real negociação sobre isto ou se esta pretensão da REN foi simplesmente ignorada e, por outro lado, de saber se tem memória de quem é que fez o estudo de que resultaram estes 280 milhões. Já agora, pergunto se dispõe desse estudo, porque ainda não o temos na Comissão de Inquérito e gostávamos de o conhecer.

Finalmente, uma referência à sua primeira intervenção. Quando estava a descrever a inspeção que foi feita pela ERSE à REN disse que «não foram criados ficheiros ERSE» e fiquei curioso em saber o que é um ficheiro ERSE.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Concluímos a segunda ronda de perguntas e vou conceder 10 a 15 minutos, no máximo, à Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía, para responder.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — A primeira pergunta da Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Passos é sobre o Professor Paulo Pinho, sobre a vinda dele para a REN. Ele era consultor quando o Dr. Carlos Tavares era Ministro e pergunta-me sobre a transição para a REN e as «portas giratórias». Penso que seria essa a questão.

Aquilo que disse ainda há bocado mantem-se para todos os setores e todas as pessoas. Penso que o Professor Paulo Pinho não esteve envolvido na discussão dos CMEC, enquanto assessor do Governo. Ele próprio referiu isso aqui. Portanto, não foi tema que lhe tenha passado pelas mãos.

Globalmente falando, em termos macro, continuo com a minha opinião. Quando as pessoas são assessores numa determinada área do governo, a seguir não devem transitar ou ir trabalhar para as empresas desse setor. É a minha opinião pessoal, não sei se se enquadra aqui.

O Professor Paulo Pinho referiu aqui várias vezes que não esteve envolvido na legislação dos CMEC e que nunca foi a reuniões de preparação desse tema. Portanto, esta é a única resposta que posso dar.

Relativamente a promiscuidade, conflitos de interesses do Prof. Paulo Pinho, realmente nunca me apercebi que houvesse qualquer conflito de interesses. O relacionamento e a posição dele foi sempre profissional, de análise dos elementos que lhe chegavam. Enquanto assessor do Governo, ele não tinha estado envolvido nestes temas e, portanto, encarou a situação normalmente. Era um tema que ele tinha de analisar. Analisava os estudos que lhe eram enviados, fazia os seus comentários e, portanto, não havia aqui qualquer tipo de conflito de interesses, penso eu.



Quanto à análise da Comissão Europeia e à decisão que foi publicada sobre este aspeto e no que respeita à REN e ao estudo da REN, o Engenheiro Vítor Batista já referiu, na audição da semana passada, e faço minhas as palavras dele, começando até pelo primeiro ponto — está quase na última página — em que eles referem que o estudo da REN não se enquadra em condições de mercado porque faltariam os *benchmark* — penso que eles se estão a referir ao custo de capital. Concordo com tudo o que lá está.

Simplesmente, nós fizemos aquilo, ou seja, recorremos aos *benchmark*, os parâmetros estão todos enquadrados em valores daquelas empresas, de acordo com os valores daquelas empresas do setor elétrico que referi na minha apresentação. Portanto, não percebo muito bem aquele argumento, custa-me a entender. Por um lado, não sei, não faço a mínima ideia, se eles obtiveram a nossa informação, se têm a nossa nota sobre o cálculo do custo de capital e, por outro lado, aquele tipo de argumentação, que não utilizamos valores de *benchmarking*, realmente, não se aplica. Na verdade, não entendi.

Depois, vêm com o argumento de que a REN não é independente, que também acho muito estranho. Reparem que estávamos numa altura em que a REN era do Estado em 70%. O que é que eles querem dizer com isso? Não sei, porque defendíamos os interesses dos consumidores. Era por isso que não eramos independentes? Não consigo atingir, não consigo!

Por outro lado, no último parágrafo fazem uma confusão, dizendo que no estudo da REN são considerados os 50 €/MWh mas nos outros estudos — já nem sei a que estudos se referem! — são utilizados os 36 €/MWh, resultando num valor que até seria prejudicial à EDP. Não entendo. É que nunca utilizamos os 36 a não ser quando o Decreto-Lei saiu, porque não tínhamos outro valor e trabalhámos com os 36, mas nos documentos que entraram em vigor a partir de 2007, os 36 não são utilizados em lado nenhum,

foram substituídos pelo Decreto-Lei n.º 199/2007. Portanto, os 36 não existem!

Isto para dizer que, no meu entender, os argumentos utilizados não estão muito bem fundamentados. É a minha opinião. Inclusive, chega a dizer, sobre o valor residual, que tem um risco diferente. Devia ser para justificarem a utilização de uma taxa de juros sem risco. Ora, isso não faz qualquer sentido.

Estamos a ver o projeto e os fluxos anuais não existiam sem aquele investimento. Se não houvesse lá a barragem, o betão, não existiam fluxos anuais, não era possível explorar as centrais! Não posso dissociar o investimento inicial dos fluxos anuais. Já expliquei aqui que o próprio critério liga as duas coisas e estou a avaliar precisamente aquele investimento.

O que lhe posso dizer é que achei aqueles comentários um pouco estranhos, nomeadamente os que dizem respeito à REN.

Depois, sobre a extensão da exploração de Sines e o concurso público definido na legislação, devo dizer que, em ambiente CAE, era precisamente isto que ia acontecer, ou seja, no final de 2017 haveria um concurso público e o valor que o Estado iria receber revertia para os consumidores. Era isto que ia acontecer em ambiente CAE.

A legislação, com a concessão de uma licença não vinculada — e há um documento do Dr. Miguel Barreto a conceder precisamente essa licença não vinculada —, dá toda a legitimidade para a EDP explorar a central, penso eu, mas não sou jurista. A questão aqui é se deveria estar a explorar a central. Eu penso que não, que essa legislação é lesiva dos interesses dos consumidores.

É possível fazer alguma coisa em relação isso? Não sei. Os Srs. Deputados é que poderão chegar a essa conclusão. É uma central integralmente paga pelos consumidores. E quando digo integralmente paga

é mesmo integralmente! O valor residual é zero! Não estava nenhum capital em dívida à data, a central é dos consumidores. Desculpem a frontalidade mas é a minha opinião: a central é dos consumidores.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Está emprestada!

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Acho que vou ultrapassar o tempo que me foi concedido.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Não faz mal. Queira continuar.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Relativamente à questão dos 510 milhões — e fala-me em 280 milhões associados aos testes de disponibilidade —, queria dizer que o coeficiente de disponibilidade incide sobre um encargo fixo, o que era algo que vinha dos CAE. Portanto, não apareceu nos CMEC, não foi algo que inventámos com os CMEC. Não, era algo que vinha dos CAE e, como já disse, o cálculo do coeficiente de disponibilidade é um rácio entre a potência verificada e a potência garantida contratual.

Reparem que essas tabelas da potência garantida contratual estão nos acordos de cessação — estavam nos CAE e estão nos acordos de cessação. Portanto, à medida que as centrais vão envelhecendo, essas potências vão-se reduzindo e o valor do coeficiente vai aumentando e tem um impacto bastante significativo.

Isto para dizer que a REN se limitou a aplicar algo que já vinha dos CAE. Depois, é evidente que não havia testes de disponibilidade, mas eu aqui diria que a REN não tinha como fazer os testes, não havia enquadramento para a REN fazer os testes de disponibilidade. O próprio manual de procedimentos em vigor em 2007 não tinha isso previsto e o

Decreto-Lei — e mesmo o Sr. Deputado o referiu — também não enquadrava a realização dos testes de disponibilidade.

Só mais tarde, em 2012, no Decreto-Lei n.º 215-B/2012, num artigo de que agora não me recordo, é que se fala nessa questão e remete-se para portaria. Ora, em 2013 é realmente publicada, em maio, uma portaria. Mas tenho a informar que o primeiro teste de disponibilidade ou, melhor, o sorteio para o primeiro teste só foi realizado em junho de 2014. Aqui perguntamos: mas, então, foi realizado um ano depois?! O que é que se passou nesse ano?

É que era necessário estabelecer um conjunto de metodologias e um conjunto de parâmetros que a DGEG tinha de publicar. Esses parâmetros foram publicados em novembro pela DGEG — as potências disponíveis e outros parâmetros necessários para as disponibilidades —, a metodologia foi a REN que a propôs, mas só foi aprovada em janeiro pela DGEG. Depois, chegamos ao ponto de dizer: «E, agora, o que é que nós vamos dizer ao mercado sobre estes testes de disponibilidade?» «Isto tem impacto financeiro no mercado de serviço de sistema?» Estas regras tinham de estar claras no mercado, daí ter sido publicado, em 2014, pela ERSE, um manual de procedimentos.

Portanto, em 2014 a ERSE altera o manual de procedimentos à gestão global do sistema. Trata-se da Diretiva n.º 9/2014, página 4, ponto 14, «Reserva de regulação em períodos de ensaio de disponibilidade», que leio: «As instruções de potência emitidas pelo gestor do sistema no âmbito de um ensaio de disponibilidade serão devidamente assinaladas e não intervirão na formação de preços de reserva de regulação, sendo valorizadas de acordo com o estabelecido na devida portaria...», etc., etc. E porquê? Porque isto é mercado, e as regras têm de estar bem estabelecidas. As regras têm de estar explícitas, não podem estar implícitas.

Sem a publicação deste manual de procedimentos, com esta questão bem identificada, que não tem impacto financeiro, a REN não podia fazer os

testes de disponibilidade. Estava impossibilitada de os fazer, porque havia que esclarecer esta questão. Os agentes de mercado têm de ter acesso a todas as regras, que têm de estar completamente transparentes, claras para todos. Portanto, depois da publicação do manual de procedimentos, em junho de 2014, fez-se o primeiro sorteio e em julho começaram-se, então, a fazer os testes de disponibilidade.

Ainda relativamente a esta questão, e como disse na apresentação, nós enviávamos os relatórios das revisibilidades para a DGEG, que, por sua vez, os enviava para a ERSE, que pedia esclarecimentos. E sobre a questão dos km, apenas em 2011 recebemos um pedido de esclarecimento, que eu penso que era de ERSE, relativo ao índice km das centrais de Setúbal e do Tabuaço. Isto para dizer o quê? Com certeza, perdeu-se aqui alguma oportunidade de, à medida que o tempo ia avançando, e se havia dúvidas relativamente aos coeficientes de disponibilidade, logo em 2008, 2009, 2010 haveria toda a oportunidade de falar nestas questões e não ao fim de cinco ou seis anos. Isto só para dizer que ... Compreendo que é um fator que tem imenso impacto no cálculo, mas ele já vinha do CAE e, portanto, aqui, a REN, relativamente aos testes de disponibilidade, não podia fazer nada sem ter o enquadramento legal. E não fizemos nada às escondidas. Quer dizer, os relatórios eram enviados, a ERSE pedia esclarecimentos e, como eu disse, só em 2011 e em 2013 tivemos um pedido de esclarecimentos de km. E o de 2013 era sobre os km das centrais do Douro Internacional e sobre porque é que ainda não tínhamos realizado os testes de disponibilidade.

Relativamente à titularização dos CMEC, não lhe consigo dizer nem sei que tachas estariam em causa sobre a titularização. Não faço a mínima ideia, essa já é matéria muito financeira. E penso que o Estado, aqui, não poderia obrigar a EDP a titularizar...

O Sr. **António Topa** (PSD): — É o Estado!

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Pois... Não me quero alongar muito nessa questão. Deixo as conclusões para os Srs. Deputados.

Depois, havia o Decreto-Lei n.º 240/2004 — e falava outra vez nos testes de disponibilidade, questão a que penso já ter respondido anteriormente.

Foi colocada a questão sobre se houve algum problema no setor elétrico por falta de verificação. Isto é sinistro, só poderia ser respondido por alguém gestor de sistema, que é quem gere o sistema em si.

Quando as centrais falham são penalizadas. Portanto, esse é um assunto muito específico do gestor de sistema. Não houve nenhum apagão, não houve nada que, no fundo, percecionasse problemas graves para nós como consumidores. Todos nós temos luz em casa e nunca houve problemas nesse aspeto. Portanto, somos das empresas com mais eficiente gestão de sistemas da Europa. É mesmo um facto.

O Sr. Deputado Jorge Costa referiu-se a Sines. Como já mencionei, realmente, num cenário de CAE, acho que não haveria dúvidas de que a central iria ser colocada em leilão, que iria a mercado. Não tenho qualquer dúvida. Num cenário CMEC, como também já referi, a legislação está favorável à EDP, permite-lhe ter uma licença sem data de fim, portanto a EDP continua a explorar a Central.

Relativamente ao primeiro semestre de 2017, esta questão é muito concreta e, reparem, sou a única pessoa na REN que esteve, desde início, nos grupos de trabalho, pelo que só eu é que poderia levantar esta questão. Eu sei quais são os números que estão nas adendas aos acordos de cessação e no documento de procedimentos do ajustamento final. Portanto, quando eu me apercebi de que começavam a falar no primeiro semestre, coloquei a questão às minhas chefias. Esta situação foi, pois, debatida no interior da REN, e daí

ter-se decidido enviar uma carta para a secretaria de Estado a colocar a questão, etc., etc.

Sobre impacto financeiro, claro que tem impacto financeiro. O de 2017 — era aquela questão que referi há pouco quando falei no ajustamento final. E não me chocava se até se considerasse aí um determinado prémio de risco, porque, realmente, não há mais ajustamentos. Há ali um certo risco de preço e de produção que tanto é para um lado como para o outro, tanto é para o produtor como para o sistema. Mas poderia equacionar-se, seria objeto de alguma reflexão.

O ano de 2017 foi muito seco e, portanto, em termos de valor da revisibilidade, que nós já apurámos, no primeiro semestre de 2017 estamos a falar num valor de 106 milhões — foi o valor apurado. Ora, se não houvesse ajustamento no primeiro semestre, significava que o primeiro semestre de 2017 tinha de incorporar o cálculo do ajustamento final.

Nós fizemos uns cálculos muito preliminares: o valor do ajustamento final iria aumentar em cerca de 40, 50 milhões de euros, em valores muito redondos. Portanto, é fácil fazer as contas do que está aqui em cima da mesa.

Mas a questão é: o decreto-lei prevê realmente 10 anos... O decreto-lei não fala que são nove anos e meio, o decreto-lei prevê 10 anos. Simplesmente, a EDP, quando assinou os acordos de cessação — esta discussão veio para o grupo de trabalho —, sabia que o último ano de revisibilidade era o de 2016.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas isso não está no acordo.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: - Está no acordo, tem lá o período... Na adenda ao acordo, no anexo C, tabela 1, está lá «período compreendido entre 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro do ano do fim de cada CAE.» Isso está lá, está explícito e está também num documento do

ajustamento final. Essa mesma tabela, com os mesmos valores, também está lá.

Isto para dizer que... Pronto, os senhores é que são especialistas nessas questões legais, eu apenas estou a dar conta daquilo que testemunhei fazendo parte da equipa de trabalho técnico, na qual estive desde o início, e de valores que estão nas adendas aos acordos e que tiveram de ser ajustados para que o período dois se iniciasse a 1 de julho de 2017. Mas essa foi uma decisão da ERSE e, pronto, está tomada.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Ainda há a questão do semestre.

A Sr. <sup>a</sup> **Presidente**: — Faça favor de repetir a pergunta.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A pergunta era no sentido de saber se a ERSE tinha concordado com essa avaliação numérica que agora fez e, por outro lado, qual era a posição da ERSE, quais foram os argumentos da ERSE para que não concordasse com a REN.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — A ERSE tem um modelo, embora aquelas produções que estão no modelo incluam... Deixe ver se me recordo: incluem o primeiro semestre de 2017. Portanto, há um conjunto de dados relevantes para entrada no modelo que é com base em dados históricos e, portanto, nos dados da entrada do modelo o primeiro semestre também está lá incluído. A ERSE tem as produções que decorreram desses estudos, ou seja, aqui teríamos que utilizar não aquelas produções que a ERSE tem mas umas preliminares que, na altura, só tinham os dados históricos até dezembro de 2016. Penso que a ERSE não tem esses dados preliminares, mas quando eles estiveram na REN eu expliquei o que é que estava em causa.



Portanto, eles sabem. Eles tomaram uma decisão, com certeza fundamentada. Eles têm um departamento jurídico...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A Sr.<sup>a</sup> Doutora não conhece?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Não, não conheço. Eu não estive na reunião onde este assunto foi debatido na ERSE, portanto não posso dizer o que foi discutido nem quais foram as razões apresentadas.

Penso que respondi a essa questão.

Sobre os ganhos comerciais da REN, aqueles cerca de 280 milhões, é um estudo de *research* do BPI feito em 2000, em que eles valorizam essa margem de exportação. Nós vamos enviar essa documentação. Eu só a tenho em papel, e até a tenho aqui, toda manuscrita com notas minhas, pelo que tenho de apagar aquilo tudo para vir limpinha. Portanto, será enviada brevemente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Concluiu, Sr.<sup>a</sup> Doutora?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Sim, penso que abrangiu todas as questões.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Muito obrigada. Questiono se deseja...

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, por acaso faltou responder a uma questão relativa à inspeção da ERSE e dos ficheiros da ERSE.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Ah, sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Então, para concluir as respostas, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Eu falei em ficheiros ERSE e vou ser mais explícita.

No que diz respeito, por exemplo, à folha de cálculo, tenho umas análises complementares que não são relevantes para o cálculo, por exemplo, cálculo das anuidades, mais uns cálculos que eu fazia mais económicos e que não interessam para nada para a ERSE. Alguns deles até nem estavam completos. Na altura, equacionou-se enviar só aquilo que era relevante e retirar da folha de cálculo aquilo que não interessava. Isso foi debatido mesmo à frente da ERSE: estavam os colegas da ERSE e estávamos nós e não íamos criar esse tipo de ficheiros — quando falo em ficheiros ERSE, são ficheiros em que nós retiraríamos informação não relevante. Para evitar erros, não fizemos isso. Portanto, foi mesmo assim, foi com tudo, com toda a informação que estava nas folhas.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Prestado este esclarecimento, passo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, para uma intervenção em terceira ronda.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente, e boa tarde a todos.

Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía, as minhas perguntas são para precisar algumas das respostas que nos deu.

Permita-me que, desde logo, comece pela titularização dos CMEC, que abordou nas suas respostas na segunda ronda, para dizer o seguinte: dizia a Sr.<sup>a</sup> Doutora que o Estado não podia obrigar a EDP a titularizar os CMEC. Recordaria que, à época, o Estado era o principal acionista da EDP, que era o Estado que nomeava o conselho de administração da EDP e não a assembleia geral e que, à época, o Estado tinha uma *golden share* na EDP.

Julgo que essas eram razões suficientes para que o Estado pudesse influenciar de forma decisiva uma decisão da EDP nesse sentido.

Uma segunda matéria que queria abordar tem a ver com a exceção da licença de produção não vinculada da Central de Sines, que, como sabemos, foi concedida à EDP em julho de 2007 e, como referiu, sem qualquer contrapartida para o Estado — e eu acrescentaria «sem qualquer término» dessa mesma licença.

Numa primeira intervenção, na primeira ronda de perguntas, a Sr.<sup>a</sup> Doutora afirmou que essa decisão teria sido tomada com base em legislação, mas não referiu qual. Por isso, ficou a dúvida de qual legislação teria sido essa.

Ora, atrevo-me a afirmar que a legislação do Decreto-Lei n.º 240/2004 não foi seguramente. Por isso, a pergunta que fica é: a haver legislação que fundamente o despacho... Curiosamente, trata-se de um despacho do Diretor-Geral de Energia e Geologia. A existir legislação, essa teria de ser, necessariamente, de 1995 ou então a mesma não teria qualquer sustentabilidade legal, já que o Decreto-Lei n.º 240/2004 foi legislação posterior.

Uma terceira nota tem a ver com os alegados benefícios da EDP e estas diferenças de taxas... Não vamos falar do valor da taxa de recursos hídricos, que foi considerado pago no âmbito da extinção do domínio público hídrico concedido à EDP. Vamos agora falar, novamente, porque é mesmo para precisar, de uma diferença entre o valor da extensão da concessão do domínio público hídrico, em que a REN defendia — estamos a falar da extensão — uma taxa de 6,6%, ou seja, na atualização de todos os fluxos monetários, e a EDP defendia, porque lhe era mais favorável, uma taxa de apenas 4,13%. A taxa que acabou por ser aplicada, por decisão do Governo de então e do Ministro da Economia Dr. Manuel Pinho, foi a favor da EDP.

Ou seja, ficámos com os 4,53%, e, portanto, este diferencial valerá qualquer coisa como 830 milhões de euros.

Estou mesmo a terminar, mas tenho de explicar isto.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — É mesmo para terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Depois, falámos de uma outra taxa que era o cálculo do valor inicial dos CMEC como compensação pelo fim dos 32 CAE celebrados em 1996. Normalmente passa a haver aqui um diferencial.

A Sr.<sup>a</sup> Doutora disse-nos que a REN defendia uma taxa de 4,85%, a EDP, por seu lado, queria receber muito mais e, por isso, defendia uma taxa de 7,55% — e foi essa que acabou por ficar definida — mas a determinada altura a Sr.<sup>a</sup> Doutora também nos disse que, inicialmente, em janeiro de 2007, a EDP teria definido uma taxa de 6,6%. A minha dúvida agora é esta: essa defesa inicial de 6,6% era relativamente à extensão ou era relativamente à compensação dos CMEC?

Era esta a dúvida que gostaria que esclarecesse.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Relativamente à titularização da EDP, registei essa questão.

Realmente, nos dias de hoje, às vezes, esquecemo-nos, realmente, de recuar no tempo e de nos situarmos naquele enquadramento acionista da época.

Relativamente a Sines, tenho aqui o Decreto-Lei n.º 172/2006, alterado, depois, pelo Decreto-Lei n.º 215-B/2012, que diz que a «licença de

produção de eletricidade em regime ordinário não está sujeita a prazo de duração sem prejuízo da extinção prevista...», ou seja, acho que a EDP explora Sines exatamente porque lhe deram uma licença de exploração sem prazo; esta legislação define essa circunstância de não estar sujeita a prazo de duração.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Qual é o Decreto-Lei?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — É o Decreto-Lei n.º 172/2006, que depois foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 215-B/2012.

Tenho essa questão aqui referenciada e já fala...

*Vozes impercetíveis.*

Pronto, *okay*.

Depois, relativamente às diferenças de taxa, os 6,6% são mesmo relativos ao estudo do domínio hídrico. Portanto, aqueles 6,6%... Que fique bem claro: vamos separar as duas coisas, de um lado temos os CMEC, do outro temos a extensão, e os 6,6% dizem respeito ao estudo da valorização da extensão do domínio hídrico. Os 6,6%!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Os 6,6% que também a EDP, inicialmente, defendeu?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Exatamente.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Muito bem.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria de Lurdes Baía**: — Depois, temos a questão dos 4,85%.

A REN nem defende nem deixa de defender. Se, por exemplo, a taxa de atualização do valor inicial fosse outra qualquer, a REN defendia essa taxa também para a capitalização.

Aqui a questão é a de utilizarmos a mesma taxa para os dois efeitos, para as duas engenharias financeiras, de atualização e de capitalização. Estamos a falar dos mesmos fluxos.

Aqui é uma questão de perfil de pagamento e o risco de recebimento é zero, não existe — portanto, a cadeia de faturação está perfeitamente determinada e legislada —, não existe!

Penso que era isto.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Chegamos, assim, ao fim da nossa audição, no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade, pelo que agradeço à Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Baía os esclarecimentos que prestou às questões colocadas pelos Srs. Deputados, desejando-lhe as maiores felicidades na sua vida pessoal e profissional.

Reitero o nosso agradecimento pelo contributo que prestou.

Está encerrada a reunião. Retomamos, com nova reunião da Comissão, às 15 horas.

*Eram 13 horas e 41 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.